

CONSELHO



CREA-RS

Um Conselho Para Todos

em revista

**Profissional, seu voto
é mais que necessário!
É indispensável!**



**Inaugurada a
Ouvidoria do CREA-RS**

ELEIÇÕES DO SISTEMA CONFEA/CREAS E MÚTUA

04 de junho – das 9h às 19h

AJUDE A TRAÇAR
OS RUMOS DO SISTEMA
APERTANDO
APENAS UMA TECLA



Participe das eleições para a presidência do Confea e do CREA-RS e para diretor-geral da Mútua. Com o seu voto, você estará fortalecendo o Sistema e contribuindo para a valorização do exercício profissional na área tecnológica. Faça a sua parte.



**CREA-RS**

Um Conselho Para Todos

DISQUE SEGURANÇA 0800.510.2563**OUVIDORIA 0800.644.2100****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL**
Rua Guilherme Alves, 1010 - Porto Alegre - RS - CEP 90.680-000 - www.crea-rs.org.br**Presidente**

Eng. Agrônomo Gustavo Lange

1º Vice-Presidente

Eng. Eletricista José Cláudio da Silva Sicco

2º Vice-Presidente

Arq. Rosana Oppitz

1º Diretor Administrativo

Eng. Industrial Miguel Atualpa Núñez

2º Diretor Administrativo

Técnico em Química Luiz Antônio Castro dos Santos

1º Diretor Financeiro

Geólogo Antonio Pedro Viero

2º Diretor Financeiro

Eng. Civil Antônio Carlos Rossato

Coordenador das Inspecções

Eng. Civil Marcus Vinicius do Prado

Coordenador Adjunto das Inspecções

Eng. Agr. Bernardo Luiz Palma

TELEFONES CREA-RS = PABX 51 3320.2100 = Caixa de Assistência 51 3320.2112 | Fax 51 3320.2111 = Câmara Agronomia 51 3320.2245 = Câmara Arquitetura 51 3320.2247 = Câmara Eng. Civil 51 3320.2249 = Câmara Eng. Elétrica 51 3320.2251 = Câmara Eng. Florestal 51 3320.2277 = Câmara Eng. Industrial 51 3320.2255 = Câmara Eng. Química 51 3320.2258 = Câmara Eng. Geomínias 51 3320.2253 = Comissão de Ética 51 3320.2256 = Depto. da Coordenadoria das Inspecções 51 3320.2210 | Fax 51 3320.2212 = Depto. Administrativo 51 3320.2108 | Fax 3320.2164 = Videocrea 51 3320.2168 = Depto. Com. e Marketing 51 3320.2267 = Depto. Contabilidade 51 3320.2170 | Fax 51 3320.2172 = Depto. Financeiro 51 3320.2120 | Fax 51 3320.2127 = Depto. Fiscalização 51 3320.2130 | Fax 51 3320.2132 = Depto. Informática 51 3320.2180 | Fax 51 3320.2184 = Depto. Jurídico 51 3320.2190 | Fax 51 3320.2195 = Depto. Registro 51 3320.2140 | Fax 51 3320.2141 = Depto. Exec. das Câmaras 51 3320.2250 | Fax 51 3320.2254 = Presidência 51 3320.2260 | Fax 51 3320.2261 = Protocolo 51 3320.2150 = Recepção 51 3320.2101 = Secretaria 51 3320.2270 | Fax 51 3320.2272 = Superintendência 51 3320.2268 | Fax 51 3320.2261

PROVEDOR CREA-RS 0800.510.2770**TELEFONES DAS INSPETORIAS**

ALEGRETE Fone/Fax 55 3422.2080 = **BAGÉ** Fone 53 3241.1789 | Fax 53 3242.3167 = **BENTO GONÇALVES** Fone/Fax 54 3451.4446/3452.3291 = **CACHOEIRA DO SUL** Fone 51 3723.3839 | Fax 51 3722.3839 = **CACHOEIRINHA/GRAVATAÍ** Fone 51 3484.2080 | Fax 51 3488.4867 = **CAMAQUÁ** Fone/Fax 51 3671.1238 = **CANOAS** Fone 51 3476.2375 | Fax 51 3476.6722 = **CAPÃO DA CANOA** Fone 51 3665.4161 | Fax 51 3665.3388 = **CARAZINHO** Fone 54 3331.1966 | Fax 54 3331.4396 = **CAXIAS DO SUL** Fone 54 3214.2133 | Fax 54 3221.7954 = **CRUZ ALTA** Fone/Fax 55 3322.6221/3322.8141 = **ERECHIM** Fone 54 3321.3117 | Fax 54 3522.1595 = **ESTEIO** Fone/Fax 51 3459.8928 = **FREDERICO WESTPHALEN** Fone 55 3744.3060 | Fax 55 3744.3733 = **GUAIBA** Fone 51 3491.3337 | Fax 51 3480.1650 = **IBIRUBÁ** Fone 54 3324.1727 | Fax 3324.7233 = **ITUATI** Fone 55 3332.9402 | Fax 55 3332.9492 = **LAJEADO** Fone/Fax 51 3748.1033/3714.1666 = **MONTENEGRO** Fone 51 3632.4455 | Fax 51 3632.8079 = **NOVO HAMBURGO** Fone 51 3594.5922 | Fax 51 3582.2028 = **PALMEIRA DAS MISSÕES** Fone 55 3742.2088 | Fax 55 3742.2099 = **PANAMBI** Fone 55 3375.4741 | Fax 55 3375.4946 = **PASSO FUNDO** Fone/Fax 54 3313.5807/3313.5099 = **PELOTAS** Fone/Fax 53 3222.6828/3222.7885 = **PORTO ALEGRE** Fone 51 3361.4558 | Fax 51 3343.1744 = **RIO GRANDE** Fone/Fax 53 3231.2190/3231.2688 = **SANTA CRUZ DO SUL** Fone 51 3711.3108 | Fax 51 3715.5284 = **SANTA MARIA** Fone 55 3222.7366 | Fax 55 3222.7721 = **SANTA ROSA** Fone 55 3512.6093 | Fax 55 3512.6281 = **SANTANA DO LIVRAMENTO** Fone 55 3242.4410 | Fax 55 3241.3060 = **SANTIAGO** Fone 55 3251.4025 | Fax 55 3251.2155 = **SANTO ANGELO** Fone/Fax 55 3312.2684/3313.3931 = **SÃO BORJA** Fone/Fax 55 3431.5627/3431.3833 = **SÃO GABRIEL** Fone/Fax 55 3232.5910 = **SÃO LEOPOLDO** Fone 51 3592.6532 | Fax 51 3589.8559 = **SÃO LUIZ GONZAGA** Fone 55 3352.1822 | Fax 55 3352.2959 = **TAQUARA** Fone 51 3542.1183 | Fax 51 3541.3313 = **TORRES** Fone 51 3626.1031 | Fax 51 3664.2489 = **TRAMANDAÍ** Fone 51 3361.2277 = **TRÊS PASSOS** Fone 55 3522.2516 | Fax 55 3522.2088 = **URUGUAIANA** Fone 55 3412.4266 | Fax 55 3411.3940 = **VACARIA** Fone 54 3232.8444 | Fax 54 3231.2277

SUPOORTE ART 0800.510.2100**POSTOS DE ATENDIMENTO**

DOM PEDRITO Fone/Fax 53 3243.1735 = **ENCANTADO** Fone/Fax 51 3751.3954 =
SÃO JERÔNIMO Fone/Fax 51 3651.5076 = **SINTEC-RS** Fone/Fax 51 3226.2977 = **SMOV** Fone/Fax 51 3320.2290

CONSELHO
em revista

Ano IV - Nº 45 - Maio 2008

A Conselho em Revista é uma publicação mensal do CREA-RS.
marketing@crea-rs.org.br / revista@crea-rs.org.br

Gerente de Comunicação e Marketing: Eladir Andrade Rodrigues (Reg. 4.137)

Editora e Jornalista Responsável: Jô Santucci (Reg. 18.204)

Colaboradores: jornalista Tatiane Lopes de Souza (Reg. 12.272)
estagiária Evelize Cristina SilvaAdequação do projeto e produção gráfica: Stampa Design - Fone: (51) 3023.4866 - stampa@stampadesign.com.br
Tiragem: 45 mil exemplares**Comissão Editorial**

Coordenadora eng. química Liliã Amaral Férís; eng. civil Jefferson Luiz de F. Lopes; arquiteto Cláudio Bernardes;
eng. elétrico Oldemar Reis Sebalhos; eng. florestal Luiz Alberto Carvalho Júnior;
eng. industrial Alfredo Reinick Somorovskij; eng. de minas Adedir José Strieder; eng. agrônomo Moisés de Souza Soares.

O CREA-RS, a Conselho em Revista, assim como as Câmaras Especializadas
não se responsabilizam por conceitos emitidos nos artigos assinados neste veículo.

Sumário

Cartas	4
Editorial	5
Entrevista	6
A Lei das Licitações	6
Notícias CREA-RS	8
Eleições Sistema Confea/CREA e Mútua 2008	14
Memória	21
Caixa de Assistência	22
Conheça a Mútua-RS por dentro	22
Novidades Técnicas	24
Livros & Sites	26
Cursos & Eventos	27
Artigos Técnicos	28
Momento da perícia brasileira	28
A remuneração de um arquiteto	29
Questionamentos sobre a Resolução 1.010/2005 do Confea	30
Uma nova era para a engenharia brasileira: a implementação da Resolução 1.010/05 por meio de suas matrizes de conhecimento	31
Minha parcela no desmatamento, a sua e a do CREA – Parte 2	32
Mercado de Trabalho	33
Indicadores	34

EDIÇÃO Nº 45

Profissional, seu voto é mais que necessário!

É indispensável!



Cartas



Resolução 1.010

Os arquitetos que nos representam em Brasília ainda não entenderam que a nova Resolução só pretende abrir as portas para os mais competentes com a extensão de novas atribuições. Quase a totalidade dos engenheiros civis trabalha em cima do que deveria ser eminentemente nosso, "o projeto arquitetônico", e, o que é pior, com apenas algumas poucas horas de treinamento no seu curso de graduação. Temos mais a perder? As outras atividades dentro da arquitetura estão em alta no mercado de trabalho? Penso que está na hora de acordarmos e buscarmos extensão também em alguma coisa que eles dizem ser só deles. Seria muito bom pensarmos a 1.010. Vamos aderir a ela.

Wilson Reginato
Arquiteto

Conselho em Revista

Em primeiro lugar, parablenzo o CREA-RS pela excelente revista que é editada, *Conselho em Revista*. Sou doutorando em Engenharia Florestal da UFSM/Santa Maria-RS e gostaria muito de receber a revista mensalmente.

Gerson Selle
PPGEF/UFSM

Sou estudante de Gestão Ambiental na Ulbra, campus de São Jerônimo, RS, integrante voluntário do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Baixo Jacuí e trabalho voluntariamente pelas causas de responsabilidade ambiental. Conheci dois exemplares da *Conselho em Revista* e gostaria de poder recebê-la também.

Fabio Lombardi
Depto. Garantia da Qualidade



Ao cumprimentar os caros colegas, gostaria de parabenizá-los pelo ótimo serviço que vocês vêm prestando a toda a nossa classe, mas ao mesmo tempo gostaria de saber por que não estou mais recebendo mensalmente a *Conselho em Revista*, tendo em mente que o meu endereço está atualizado.

Fábio Pastório
Eng. Civil

Prezado engenheiro
Os profissionais que não se recadastraram não recebem a Conselho em Revista.

Sou estudante de Engenharia Florestal na UFSM/Cesnors, gostaria de receber a *Conselho em Revista* para melhorar meus conhecimentos, tanto sobre a entidade quanto as ótimas reportagens abordadas.

Talita Baldin
Frederico Westphalen (RS)

Meu filho é engenheiro químico e recebe a *Conselho em Revista*. Sempre que posso dou uma boa olhada. Gostaria de receber as edições, uma vez que lido direto com agropecuária e muito ali tem sobre esse assunto.

José Luiz Bicca Heineck
São Gabriel (RS)

Sou fiscal do Meio Ambiente da Prefeitura de Veranópolis e estudante de engenharia elétrica. Como atuo na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, gostaria de solicitar uma assinatura para este órgão público, uma vez que os artigos publicados na *Conselho em Revista* são muito interessantes e estão sempre ligados aos setores envolvidos: agricultura, meio ambiente e no foco de meus estudos: engenharia elétrica.

Giovani Pivato
Secretaria Municipal de
Agricultura e Meio Ambiente
Veranópolis (RS)

Escreva para a *Conselho em Revista*.

Mande sua carta para
Rua Guilherme Alves, 1010
Porto Alegre - RS - CEP 90680-000

ou envie e-mail para:
revista@crea-rs.org.br

Por limitações de espaço
os textos poderão ser resumidos.



Eng. agrônomo Gustavo André Lange | Presidente do CREA-RS

Uma história que começou há 74 anos

Mais do que o patrimônio material que ostenta hoje, o CREA-RS construiu uma identidade, que transmite segurança e seriedade, preocupada com a ética e a formação profissional. Conquistou o que é mais caro à atual diretoria, que é o respeito de toda uma sociedade.

São mais de sete décadas de caminhada, que começou pelas mãos de uns poucos abnegados, percorreu salas pequenas, alugadas, foi se estruturando. Hoje, oferece aos seus profissionais uma eficiente organização administrativa e deliberativa, que se traduz em serviços e informação.

Fiscalizando o exercício profissional, o CREA-RS oferece, acima de tudo, proteção: tanto ao garantir o mercado de trabalho para aquele que é legalmente habilitado, como ao assegurar ao cidadão que os serviços, por ele contratados, tenham um responsável técnico. É neste espaço que atua a fiscalização da instituição, que percorre quilômetros por este Estado verificando empresas públicas e privadas, obras e reformas, receiptuários agrícolas e os mais diversos serviços técnicos, exigindo de seus executores a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), documento que forma o acervo de cada profissional e garante à sociedade a certeza de que aquele que executa o seu serviço está legalizado.

Recentemente, foi inaugurada, no Conselho gaúcho, uma Ouvidoria, que recebe dos profissionais, empresas e comunidade todas as demandas que não puderam ser encaminhadas nos setores competentes. Mais do que ouvir, o CREA passa a ter uma consultoria espontânea e isenta, pois o objetivo maior do novo serviço é detectar e corrigir distorções do processo administrativo

e de atendimento, e, também, consolidar o que já está aprovado pelos usuários.

O dia 30 de maio vai marcar o lançamento de novas edições de produtos que a aceitação do nosso público já consolidou, como o Prêmio de Qualidade CREA-RS e o Catálogo Empresarial 2008/2009.

Um moderno vídeo institucional, que promete registrar um pouco da memória recente deste Conselho, passa a ilustrar a abertura dos principais eventos daqui para frente. Na busca de melhorar a comunicação com profissionais e sociedade, um novo site está entrando no ar também no decorrer deste mês.

É o CREA inovando, modernizando-se, multiplicando-se em muitas faces, abrindo caminhos, em várias direções. Facilitando o diálogo, os acessos, a vida de todos aqueles que dele dependem para exercer sua atividade profissional ou levar adiante seus sonhos de construir, plantar ou reformar seu imóvel.

Mal termina o mês de maio e um novo desafio já se apresenta para estes milhares de profissionais registrados no Conselho. São as eleições gerais do Sistema Confea/CREAs e Mútua, marcadas para 4 de junho próximo. É um compromisso de todos com o futuro de suas profissões. É a hora de eleger aqueles que vão administrar a instituição nos próximos três anos, a partir de janeiro próximo. É uma responsabilidade que é de todos, pois, independentemente de nomes, há uma história que precisa continuar a ser construída. E que chegou até aqui, por uma maioria absoluta de mãos anônimas, com muito trabalho, dedicação e persistência. Homens e mulheres, que dedicaram a esta tarefa os seus melhores anos de vida e sua mais absoluta noção de solidariedade numa trajetória que é, acima de tudo, coletiva.

Maio é um mês significativo para o CREA-RS, na medida em que registra, no dia 30, o aniversário de sua fundação. São 74 anos de atuação, registrando e fiscalizando as atividades, não de uma profissão, mas de várias e de diferentes áreas. E é na multiplicidade de seus profissionais que a instituição nasceu, cresceu e ganhou o status que, hoje, tem: Um Conselho para todos – como tão bem sintetiza o seu lema.

Ciente da importância do papel que desempenha na sociedade gaúcha, o Conselho atinge, atualmente, a marca dos 60 mil registros. São profissionais da engenharia civil; geógrafos; agrimensores; da engenharia elétrica, com engenheiros eletricitistas, eletrônicos e eletrotécnicos; da engenharia industrial, com engenheiros industriais, mecânicos, têxteis, químicos, navais, aeronáuticos e metalúrgicos; arquitetura; agronomia; meteorologia; geologia; engenharia de minas; engenharia florestal e engenharia química. E, também, os tecnólogos e os técnicos de nível médio da área tecnológica.

São 42 Inspetorias espalhadas pelo Estado, além de quatro postos de atendimento e a sede da capital. O prédio central recebeu o nome do engenheiro eletricitista Felício Lemieszek, em homenagem ao conselheiro que por mais tempo atuou junto ao Conselho.

Nosso parabéns a este profissional!

O CREA-RS saúda este dedicado profissional, responsável por informações que facilitem a vida da sociedade.



CREA-RS
Um Conselho Para Todos

A Lei das Licitações

Por **Jô Santucci** | Jornalista

A questão relativa à legalidade de exigência dos atestados de capacitação técnico-operacional, além dos atestados de capacitação técnico-profissional, tem sido alvo de uma considerável batalha jurídico/política travada entre empresários da construção e profissionais integrantes do Sistema Confea/Creas. A controvérsia teve origem no veto presidencial aos Projetos das Leis n° 8.666/93 e 8.883/94, que empregavam a expressão “capacitação técnico-operacional” e estipulavam limite para as exigências a ela relativas. Contudo, os preceitos correspondentes foram, nos dois casos, vetados pelo Presidente da República, com a intenção declarada de circunscrever a comprovação de aptidão à chamada “capacitação técnico-profissional”. Para esclarecer essa questão, conversamos com o advogado Fábio Pacheco, responsável pela área de licitações do CREA-RS

Conselho em Revista – Quais são as implicações do veto presidencial?

Fábio Pacheco – Começaram a existir duas interpretações doutrinárias e jurisprudenciais, inclusive do Tribunal

de Contas da União (TCU), ora com supremacia de uma, ora com supremacia de outra, entendendo a primeira corrente, pelo que restou no texto legal, que só seria exigível a demonstração da capacidade técnico-profissional, e a segunda corrente, em que pese o veto presidencial ao item II, do § 1º, do artigo 30, da Lei n° 8.666/93, que os vetos não teriam produzido o efeito pretendido, já que não ocorrera a eliminação da exigência de atestados de aptidão da própria empresa, que estaria prevista no artigo 30, inciso II, c/c seu § 1º.

CR – Qual é o entendimento do Tribunal de Contas da União?

FP – O TCU unificou o entendimento, através da Decisão n° 285/2000, estabelecendo o entendimento no sentido de ser regular a exigência de ambos os atestados, ou seja, o de capacitação técnico-profissional (em nome do profissional) e o de capacitação técnico-operacional (em nome da empresa). O entendimento dominante dos tribunais também tem sido nesse sentido. Ocorre que se for sedimentada essa interpretação, de que não teria sido afastada totalmente a capacidade técnico-operacional, existirá a dificuldade de prová-la.

CR – Por que isso pode acontecer?

FP – Porque a mesma, segundo a lei, deve ser provada por atestado e atestado só pode ser válido e aceito se for registrado no órgão competente. O CREA, que é o órgão competente para registrar atestados referentes às obras e serviços de engenharia, é um Conselho de profissionais e não

de empresas. Daí porque registra atestados exclusivamente em nome de profissionais. A Resolução n° 317/86 do Confea, incumbido legalmente de regulamentar a Lei n° 5.194/66, estabelece que o acervo técnico de uma empresa seja variável, dependente do acervo técnico dos profissionais que compõem o seu quadro técnico. Se hoje uma empresa tem dez profissionais, o acervo técnico dessa empresa será de dez profissionais; se amanhã ela tiver dois, diminuirá o acervo técnico e ela terá acervo de apenas dois profissionais.

CR – O que diz a lei?

FP – A comprovação de aptidão referida no item II do art. 30, quando se trata de obra ou serviço, conforme o ‘caput’ do §1º, do mesmo artigo, deve ser feita através de atestados “devidamente registrados nas entidades profissionais competentes”, limitadas as exigências à capacitação técnico-profissional. Quer dizer, em se tratando de obra ou serviço (de engenharia), a aptidão será provada exclusivamente através de atestados emitidos em nome de profissionais, tanto que os mesmos devem ser registrados no órgão profissional competente, no caso o CREA. Quando o objeto licitado for diverso, e existir entidade competente para proceder ao registro, aí sim esse tipo de prova poderá ser exigido. A necessidade de se modificar essa interpretação que tem sido dada ao texto legal é urgente, eis que a exigência de atestados em nome de empresas acarreta uma perigosa reserva de mercado, promove uma verdadeira estagnação societária na área de Engenharia. Uma pessoa que é sócia de uma empresa nunca mais vai poder sair dessa empresa – senão ela não vai poder trabalhar com obras públicas – e prejudica o próprio interesse público, na medida em que restringe absolutamente o número de licitantes aptos a contratar com a administração, o que eleva o preço das contratações.

CV – Qual é o trabalho do CREA-RS nesse sentido?

FP – Está envidando todos os esforços para, na defesa dos interesses dos profissionais, buscar a modificação do quadro atual, inicialmente na capital gaúcha, o que tem sido feito através da efetiva participação junto à Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana da Câmara Municipal de Porto Alegre, que



Advogado Fábio Pacheco, responsável pela área de Licitações do CREA-RS

Tratando da habilitação, em seu capítulo segundo, seção II, a Lei 8.666/93 - chamada Lei de Licitações, dispõe:

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

- I - (...)
- II - qualificação técnica;
- III - (...)
- IV - (...)
- (...)

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

- III - (...)
- IV - (...)

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do *caput* deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

- II - (VETADO):
- (...)

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

(...).”

está atuando inicialmente perante a Procuradoria Geral do Município (PGM), e pela presença em ações judiciais, na qualidade de assistente de empresas prejudicadas pela interpretação legal.

CR – Quais são as razões pelas quais o CREA-RS não registra atestados em nome de empresas?

FP – O Acervo Técnico, constituído pela soma das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs – Resolução 317-Confea), esclarece tudo a respeito de uma atividade de engenharia, arquitetura ou agronomia (tipo de atividade, responsável técnico, contratante e contratado, cliente, local, data, valores, etc.) – menos instalações, equipamentos, veículos, etc., com os quais tais atividades foram desenvolvidas. A dificuldade repousa na efetivação da prova da capacitação técnico-operacional. Seguramente, não o será através de Acervo Técnico, primeiro porque este não pertence à empresa, mas ao profissional, que o conduz consigo aonde quer que vá, e, depois, porque, mesmo admitindo-se o uso, pela empresa, do acervo de profissional que tem ou teve a seu serviço, dito acervo se revela imprestável a comprovar aptidão técnico-operacional. É preciso conceituar-se o que seja capacidade técnico-operacional. Se acordarmos que capacidade técnico-profissional diz com a experiência humana, fica mais fácil concluir que a capacidade técnico-operacional diz com a experiência “material”, isto é, das instalações, dos equipamentos, dos veículos, etc. De sorte que, quer por vedação legal, quer por questão prática, acervo não faz a prova almejada pelo citado parágrafo do art. 30 quanto a capacidade técnico-operacional.

CR – Se for vetada a forma pela qual se disciplinaria a concretização da prova da capacidade técnico-operacional, com que meios se fará dita prova?

FP – É esta a pergunta que os doutrinadores estão a nos dever – e aqui se radica a nossa audácia em continuar contrariando tão eminentes juristas, pois, salvo melhor juízo, tal prova é inviável de ser feita, exceto através de um moroso, custoso e inviável processo administrativo ou judicial de conhecimento. São tantas as dificuldades de produção de tal prova que, agora, fica fácil entender o porquê do veto. Com efeito, suponhamos que a empresa licitante, instada a provar que tem capacidade técnico-operacional condizente com a exigível para enfrentar o objeto da licitação, ou seja, que já fez no passado obra semelhante, recorra (não ao acervo técnico, porque, como dito

acima, ilegal e imprestável!) a atestados de seus clientes, daquelas pessoas jurídicas com quem contratou no passado e a quem prestou dito serviço ou obra. Ditos atestados achar-se-iam sob o risco da insegurança quanto à veracidade, no todo ou em parte, ao menos em tese, eis que prova unilateralmente produzida, frágil para requerer o crivo de qualquer ente acreditado, isento, público ou privado, legalmente competente e capaz de lhe aquilatar a legitimidade ou de lhe escancarar nulidades. O cliente pretérito da empresa interessada em comprovar a capacitação técnico-operacional, se assinar o tal atestado, seguramente estará meramente apondo sua assinatura sobre documento elaborado pela própria empresa interessada, já que, por si, não tem condições de saber de que forma ou com que meios materiais foi realizada a obra ou serviço atestado, ou já não lembra mais. Vale dizer, com ou sem tais atestados a Administração, que busca escolher e contratar com empresa idônea e realmente capaz, não contará com a certeza mínima indispensável à conclusão de seu desiderato – ao contrário, portanto, do que ocorre quanto à capacidade técnico-profissional, onde, como visto acima, a segurança deriva da sistemática trazida com a Lei das Licitações, ao conjugar atestado/acervo/registo no CREA como meio de prova.

CR – Por quais outros meios de prova se poderia comprovar experiência anterior em termos de capacidade técnico-operacional ou em que época ou local se ergueu um prédio de x pavimentos e y características, por exemplo?

FP – É possível até se pensar em contratos anteriores ou orçamentos, os quais, em conjunto com atestados atuais, poderiam dar à administração indicativos de estar contratando com empresa que já realizou obra similar à licitada. Todavia, estaria aí se esgotando a eficácia da prova, ou seja, serviria estritamente para provar que a empresa realizou a obra. Só. Mas nada prova com relação aos meios materiais de que se valeu (e, é claro, no passado! Pergunta-se: e, hoje, no presente, dispõe dos mesmos meios? É isto que interessa saber). No entanto, mesmo admitindo-se tal prova, como terá a administração licitante a certeza de que hoje a mesma hipotética empresa ainda detém tais instalações, equipamentos, veículos, etc.? Por estas razões é que preferimos manter o entendimento no sentido de que a Lei nº 8.666/93 oferece outros meios – bem mais eficazes – para averiguação da capacitação técnico-operacional, do que os atestados.

Especial Eleições 2008

COMISSÃO ELEITORAL REGIONAL (CER/RS) - EDITAL Nº 06/2008 (LOCALIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO DAS MESAS RECEPTORAS E ESCRUTINADORAS)

A Comissão Eleitoral Regional CER/RS, instituída pelo Plenário do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul – CREA-RS, por meio da Decisão 007/2008, de 24 de janeiro de 2008, em conformidade com o estabelecido no artigo 25 do Anexo I da Resolução do Confea 1.021, de 22 de junho de 2007, que aprova os Regulamentos Eleitorais para as Eleições do Sistema em 2008, **torna públicos os locais de funcionamento das Mesas Receptoras e Escrutinadoras e suas devidas composições**, que operarão nas eleições para os cargos de Presidente do Confea, Presidente do CREA-RS e Diretor-Geral da Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA-RS, previstas para o dia 4 de junho de 2008, das 9 horas às 19 horas.

1) Mesas Receptoras:

- a) Na Sede do CREA-RS, 2 (duas) urnas;
- b) Nas Inspetorias do CREA-RS, 1 (uma) urna por Inspetoria;
- c) Nos Escritórios de Representação do CREA-RS, 1 (uma) urna por Escritório;
- d) Postos de Atendimentos do CREA-RS, 1 (uma) urna por Posto de Atendimento;
- e) Urnas das Entidades de Classe localizadas na Sede do CREA-RS: 01(uma) urna do Instituto de Perícias e Avaliações do RS – Ibape-RS; 01 (uma) urna da Sociedade de Engenharia do RS – Sergs; 01 (uma) urna da Associação Brasileira dos Engenheiros Mecânicos – Abemec/RS;
- f) Urna na Entidade de Classe: 01 (uma) urna na Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Marau.

1) Mesas Escrutinadoras:

- a) Na Sede do CREA-RS, 2 (duas) urnas;
- b) Nas Inspetorias do CREA-RS, 1 (uma) urna por Inspetoria;
- c) Nos Escritórios de Representação do CREA-RS, 1 (uma) urna por Escritório;
- d) Postos de Atendimentos do CREA-RS, 1 (uma) urna por Posto de Atendimento;
- e) Urnas das Entidades de Classe localizadas na Sede do CREA-RS: 01 (uma) urna do Instituto de Perícias e Avaliações do RS – Ibape-RS; 01 (uma) urna da Sociedade de Engenharia do RS – Sergs; 01 (uma) urna da Associação Brasileira dos Engenheiros Mecânicos – Abemec/RS;
- f) Urna na Entidade de Classe: 01 (uma) urna na Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Marau.

Observação

- 1) Os endereços das mesas eleitorais, bem como a nominata dos membros que as compõem, estão disponíveis no mural eleitoral na Sede do CREA-RS, bem como na página do Conselho.
- 2) Não houve impugnações ao conteúdo do referido edital.

COMISSÃO ELEITORAL REGIONAL (CER/RS) - EDITAL ELEITORAL Nº 07/2008 (RENÚNCIA DE CANDIDATURA AO CARGO DE PRESIDENTE DO CREA-RS)

A Comissão Eleitoral Regional do CREA-RS (CER/RS) informa que recebeu formalmente pedidos de RENÚNCIA aos registros de candidaturas já protocolados ao cargo de Presidente do CREA-RS dos profissionais abaixo listados.

Data	Requerente	Título Profissional
11/04/2008	José Ubirajara M. Flores	Eng. Civil
14/04/2008	Arcângelo Mondardo	Eng. Agrônomo

Especial Eleições 2008

**COMISSÃO ELEITORAL REGIONAL (CER/RS) - EDITAL ELEITORAL Nº 08/2008
(JULGAMENTO DE RECURSOS DE CANDIDATURAS)**

A Comissão Eleitoral Regional do CREA-RS (CER/RS) dá conhecimento aos profissionais do Sistema Confea/CREAs das **DECISÕES DOS RECURSOS INTERPOSTOS aos registros de candidaturas, indeferidas pela CER-RS, ao cargo de Presidente do CREA-RS, julgados pela Comissão Eleitoral Federal - CEF em 14/04/2008:**

Requerente	Título Profissional	DECISÃO
Carlos Dinarte Coelho	Técnico Agrícola – Modalidade Agricultura	Deferido
Antônio Carlos P. de Souza	Eng. Civil, Eng. Mecânico e Eng. Eletricista	Indeferido
Arcângelo Mondardo	Eng. Agrônomo	Indeferido

Em face da decisão da CEF, concorrerão ao cargo de **PRESIDENTE DO CREA-RS** os candidatos: Téc. Agrícola Carlos Dinarte Coelho e o Eng. Civil Luiz Alcides Capoani.

**COMISSÃO ELEITORAL REGIONAL (CER/RS) - EDITAL ELEITORAL Nº 09/2008
(SORTEIO DE NUMERAÇÃO DOS CANDIDATOS NA CÉDULA ELEITORAL)**

A Comissão Eleitoral Regional do CREA-RS (CER/RS) dá conhecimento aos profissionais do Sistema Confea/CREAs/Mútua das **NUMERAÇÕES QUE CONSTARÃO DA CÉDULA ELEITORAL designadas aos candidatos ao cargo de Diretor-Geral da Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA-RS e Presidente do CREA-RS, sorteadas em 28/04/2008:**

1. Diretor-geral da Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA-RS:

Candidato	Título Profissional	Numeração
Mário Hamilton Vilela	Eng. Agrônomo e Eng. de Segurança do Trabalho	101
Osni Schroeder	Arquiteto Urbanista e Eng. de Segurança do Trabalho	102

2. Presidente do CREA-RS

Candidato	Título Profissional	Numeração
Carlos Dinarte Coelho	Técnico Agrícola – Modalidade Agricultura	201
Luiz Alcides Capoani	Engenheiro Civil	202

- A CER/RS ESTÁ ORGANIZANDO UM DEBATE ENTRE OS CANDIDATOS A PRESIDENTE DO CONFEA, A PRESIDENTE DO CREA-RS E A DIRETOR-GERAL DA CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA-RS, PREVISTO PARA O DIA 29 DE MAIO, NO PLENÁRIO DO CREA-RS.
- A CER/RS INFORMA, NOVAMENTE, QUE O PLEITO DESTE ANO TERÁ INOVAÇÕES. OS ELEITORES SÓ PODERÃO VOTAR EM LOCAIS DETERMINADOS. DESSA FORMA, A COMISSÃO SOLICITA QUE OS PROFISSIONAIS FAÇAM A CONSULTA DE SEU LOCAL DE VOTAÇÃO NO SITE DO CREA/RS, ATRAVÉS DO LINK “ELEIÇÕES PARA PRESIDENTE DO CONFEA, PRESIDENTE DO CREA-RS E DIRETOR-GERAL DA CAIXA DE ASSISTÊNCIA”.

Notas

Ouvidoria do CREA-RS em funcionamento

No dia 28 de abril, foi inaugurada a Ouvidoria do CREA-RS, que está funcionando no segundo andar da sede da instituição, em Porto Alegre, no horário das 9h15 às 17h45, desde o dia 5 de maio. O novo departamento tem como objetivo mediar, ampliar e facilitar a comunicação dos profissionais, empresas e a sociedade em geral com o Conselho.

As formas de contato são várias: pessoalmente, na sede; através do fone 0800.644.2100; através de caixas coletoras nas Inspetorias; do e-mail ouvidoria@crea-rs.org.br; de espaço no site; por fone/fax (51) 3320.2226 ou por carta (Rua Guilherme Alves, 1.010, 2º andar, CEP 90.680-000).

A Ouvidoria, de caráter interno e externo, é um canal de comunicação direto e ágil, que garantirá aos profissionais registrados e à sociedade a melhoria dos serviços prestados pela instituição. Ela recebe, analisa, acompanha e encaminha aos departamentos responsáveis reclamações, denúncias, sugestões, elogios e solicitações de informações, dando um retorno ao interessado com agilidade, imparcialidade e transparência. O ouvidor, eng. civil Donário Rodrigues Braga Neto, explica que o novo setor funcionará “como uma segunda instância, atuando quando a questão não tiver uma solução adequada e satisfatória do departamento competente”.

O presidente do CREA-RS, eng. agrônomo Gustavo Lange, destacou a integração que a Ouvidoria da regional gaúcha deverá estabelecer com os demais setores do Conselho. “O objetivo não é só ouvir, mas oferecer a solução”, alertou. Ressaltou, ainda,

UM COMPROMISSO COM OS PROFISSIONAIS E COM A SOCIEDADE.

OUVIDORIA
0800 644 2100 **CREA-RS**

que as contribuições encaminhadas à Ouvidoria servirão “como subsídio para o Planejamento Estratégico da instituição”.

Além do presidente Lange, a inauguração da Ouvidoria contou, dentre outros convidados, com as presenças da 2ª vice-presidente do CREA-RS, arq. Rosana Oppitz; do 1º diretor administrativo, eng. industrial Miguel Atualpa Núñez; do 1º diretor financeiro, geólogo Antonio Pedro Viero; do 2º diretor financeiro, eng. civil Antônio Rossato, além do ouvidor, eng. civil Donário Rodrigues Braga Neto, e de representantes da Ouvidoria Geral do Governo da Bahia.



Presidente Lange e eng. Donário inauguram novo Departamento

ARQUIVO CREA-RS

Conselho presente em Feiras Tecnológicas



ARQUIVO CREA-RS

O CREA-RS, em parceria com o Núcleo de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Cachoeira do Sul (NEA) e com a Associação dos Eng. Agrônomo do Vale do Jacuí (Avale), estará presente com estande institucional na 15ª Feira Nacional do Arroz e Exposição Agropecuária, Comercial e Industrial (Fenarroz), que acontece de 24 de maio a 1º de junho, em Cachoeira do Sul. No evento, os profissionais registrados e comunidade poderão obter informações sobre os serviços prestados pelo Conselho e a área tecnológica. Para saber mais sobre a feira, acesse www.fenarroz.com.br

O CREA-RS participa de feiras da área tecnológica em todo o Estado em parceria com entidades de classe locais, objetivando uma maior aproximação com a sociedade e divulgação de seus serviços

Novo link no site do CREA-RS facilita acesso ao cadastramento ao MP

Já está disponível, na página inicial do www.crea-rs.org.br, o novo link para os profissionais registrados interessados em cadastrar-se no convênio firmado entre o Ministério Público (MP) e o CREA-RS, e que estão trazendo oportunidades de trabalho, em ser-

viços de vistorias, perícias, pareceres, consultas, avaliações, reavaliações, dentre outros.

Caberá aos profissionais prestar assessoramento técnico-científico em atividades que necessitem de definição de responsabilidade técnica, com o objetivo de instruir

processos judiciais ou atos investigativos patrocinados ou presididos por membros do MP. Leia mais sobre o assunto na entrevista com o procurador-geral do Estado do Rio Grande do Sul, Mauro Henrique Renner, na edição 44, da *Conselho em Revista*.

Metade do acervo de ARTs deve ser digitalizada até dezembro de 2008

Desde janeiro deste ano, a MGS *Imagem e Informação*, empresa licitada pelo CREA-RS, realiza o serviço de digitalização e microfilmagem das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs). O contrato prevê que, até o final do ano, 50% do acervo tenham sido digitalizados e microfilmados, o que representa 2,8 milhões ARTs.

A seqüência do trabalho está sendo feita em ordem alfabética pelo nome do profissional. O CREA-RS pretende disponibilizar a imagem das ARTs para consulta e pesquisa dos profissionais, através da internet, em data a ser definida pela Presidência do Conselho.

A ART, que completou, em dezembro, 30 anos na defesa dos profissionais

da área tecnológica, confere legitimidade documental e garante a autoria e a participação técnica em cada obra ou serviço. Ela faz parte do acervo técnico do profissional. A sua digitalização e microfilmagem garantirão maior agilidade aos registrados na busca das informações sobre os trabalhos realizados.

Novas instalações para a Inspetoria de Cachoeirinha/Gravataí

A Inspetoria de Cachoeirinha/Gravataí atende, desde o dia 4 de abril, em nova sala, localizada na Rua José Costa de Medeiros, 1852, sala 602. A mudança ocorreu, principalmente, para que a sede se adequasse às normas de acessibilidade. Da solenidade de inauguração participaram a 2ª vice-presidente do CREA-RS, arq. Rosana Oppitz, conselheiros, inspetores e profissionais da região, além de outras autoridades municipais. Os números telefônicos continuam os mesmos: (51) 3484.2080 e 3488.4867.

CREA-RS inaugura 42ª Inspetoria



ARQUIVO CREA-RS

Dia 17 de abril, o CREA-RS inaugurou a sua 42ª Inspetoria: Esteio. Aprovada através da PL/RS-079/2007 de 05/10/07, ela veio para responder a uma demanda dos profissionais da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Sapucaia do Sul e Esteio (Sease) e atenderá, em sua jurisprudência, que também engloba o município de Sapucaia do Sul, cerca de 900 profissionais. A Inspetoria de Esteio pertence à Zonal do Vale do Rio dos Sinos.

No evento, o presidente do CREA-RS, eng. agrônomo Gustavo Lange, destacou a importância, para os profissionais e a comunidade, da nova instância de fiscalização. Ele também informou aos presentes a criação do CREACred e da Ouvidoria, que já está em funcionamento efetivo, desde o dia 5 de maio.

Além do presidente da autarquia, participaram da cerimônia de inauguração o eng. electricista José Cláudio da Silva Sicco e a arquiteta Rosana Oppitz, 1ª e 2ª vice-presidentes do CREA-RS, e o coordenador das Inspetorias, eng. civil Marcus Vinicius do Prado. Entre as autoridades presentes, prestigiaram a nova Inspetoria o vice-prefeito de Esteio, Gilmar Rinaldi; a secretária de Meio Ambiente de Sapucaia do Sul, bióloga Miriam Colombo; o secretário de Meio Ambiente de Esteio, Siegfried Bernich, e o vereador de Esteio Jaime da Rosa.

Endereço da nova Inspetoria: Avenida Presidente Vargas, 1.138, fone (51) 3459.8928.

Inaugurado auditório em Bagé



ARQUIVO CREA-RS

Foi inaugurado, no dia 30 de abril, o auditório que será utilizado pela Inspetoria de Bagé, Núcleo de Arquitetos e Engenheiros de Bagé e Associação Bageense de Engenheiros Agrônomos. O auditório, que está localizado no anexo à Inspetoria, recebeu o nome do eng. Nêd Medina Quintana, em homenagem ao profissional que foi o fundador do referido Núcleo. Na ocasião, também, foi firmado convênio com a Prefeitura para aumentar a fiscalização de obras. Estiveram presentes na solenidade o presidente do CREA-RS, eng. agrônomo Gustavo Lange, o coordenador das Inspetorias, eng. Marcus Vinicius do Prado, os diretores das entidades, dentre outros convidados e autoridades locais.

Notas

Espetáculo da Orquestra Sinfônica abre comemorações do aniversário do CREA-RS



CREA-RS

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul

Um Conselho Para Todos

74

anos

O quinto Concerto Oficial da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (Ospa) abriu as comemorações de aniversário do CREA-RS, na noite do dia 6 de maio. Cerca de 800 pessoas prestigiaram o espetáculo, que trouxe no repertório óperas de Bizet, Nielsen e Mendelssohn, sob a regência do maestro Osmam Gioia, e a apresentação do Solista Samuel Oliveira, na Clarineta.

Também marcam os 74 anos de atuação do Conselho em solo gaúcho importantes ações e projetos. Uma ampla campanha publicitária foi planejada para homenagear essa Instituição que representa, hoje, engenheiros, arquitetos, agrônomos, agrimensores, geólogos, geógrafos, meteorologistas, tecnólogos e técnicos de nível médio da

área tecnológica, num total de cerca de 60 mil profissionais.

- Totem de jardim na entrada da sede.
- Outdoor (24 de maio a 06 de junho) em 15 pontos de Porto Alegre.
- *Mobile bus*, anúncio em lotações, de 10 de maio a 10 de junho.
- Anúncio institucional publicado no dia do aniversário do CREA-RS, 30 de maio: jornais da capital: Correio do Povo, Jornal do Comércio e O Sul. Jornais do interior: Correio do Sul (Bagé), Jornal do Povo (Cachoeira do Sul), Diário de Canoas (Canoas), Diário Serrano (Cruz Alta), Voz Regional (Erechim), O Informativo (Vale do Taquari), Jornal Ibiá (Montenegro), NH (Novo Hamburgo), O Nacional (Passo Fundo), Diário

Popular (Pelotas), Jornal Agora (Rio Grande), Gazeta do Sul (Santa Cruz do Sul), A Platéia (Santana do Livramento), A Razão (Santa Maria), Jornal VS (São Leopoldo), A Tribuna Regional (Santo Ângelo), Jornal da Cidade (Torres).

Além disso, na noite do dia 30 de maio, serão lançados o Vídeo Institucional do CREA-RS, a 4ª edição do Prêmio Qualidade do Conselho e o Catálogo Empresarial 2008/2009, durante solenidade a ser realizada no Hotel Everest, na capital. Está previsto para o mês de aniversário, ainda, o lançamento do novo site da Autarquia, cujo endereço eletrônico continua o mesmo, www.crea-rs.org.br, mas traz importantes novidades, tornando-o mais moderno e funcional.

ADRIANO BECKER



Concerto em homenagem ao CREA-RS foi prestigiado por cerca de 800 pessoas na capital, com a presença de toda a Diretoria da Instituição

ENTIDADES DE CLASSE

Aeane promove encontro em Veranópolis

No dia 12 de abril, a Associação dos Engenheiros Agrônomos da Encosta Superior do Nordeste (Aeane) promoveu o Encontro sobre Valorização Profissional, com o apoio do CREA-RS. Além deste Conselho, tendo o eng. agrônomo Cezar Léo Nicola representando o presidente eng. agrônomo Gustavo André Lange, compareceram 23 profissionais à frente de suas entidades de classe, a saber:

Associação Engenheiros Agrônomos do Rio da Prata (Aeapra).

Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul (Sargs).

Associação dos Engenheiros, Arquiteto e Agrônomos do Vale dos Vinhedos (Aearv)

Associação Farroupilhense de Engenheiros, Agrônomos e Arquitetos (Afea).

Associação Nordeste de Engenheiros Agrônomos (Anea).

Associação dos Engenheiros Agrônomos da Região Vitivinícola (Asarvi).

Sociedade de Engenheiros Agrônomos de Vacaria (SAV).

O presidente da Sargs, eng. agrônomo Arcângelo Mondardo, abordou o tema da Reestruturação da entidade maior dos Agrônomos no Estado, enfatizando a ação das ECs na ação de reerguer a Sargs com as respectivas ações no passado recente, no presente e no estímulo para a participação no futuro.

O eng. agrônomo Cezar Nicola focou sua palestra no Núcleo de Apoio às Entidades de Classe (Naaec), destacando os Programas de Apoio às ECs (Paecs). Além disso, ressaltou a valorização profissional com ênfase na ART como garantia da Responsabilidade Técnica nas obras e nos serviços. Também abordou a criação e operacionalidade da CREACred-RS. Entre os presentes havia vários sócios da Cooperativa de Crédito.

Como coordenadora do evento, a Aeane agradeceu a hospitalidade do núcleo local da Fepagro, que serviu como sede do encontro e organizou almoço e jantar de confraternização, bem como visita à 7ª Femaça e Um Dia de Campo nos experimentos técnico-científicos da pesquisa e experimentação agrícola desenvolvidas na região.

Proatividade é a capacidade de a organização prever as mudanças de cenários e as necessidades e expectativas das partes interessadas – clientes, equipe, sociedade, acionistas e fornecedores – adotando medidas visando a contemplá-las.

A melhor forma de uma organização executar suas atividades é adotando a metodologia de realizá-las de forma planejada, documentando seus procedimentos com práticas e padrões operacionais bem elaborados e de fácil entendimento, não esquecendo o treinamento de seus colaboradores que utilizarão esses padrões.

Uma das formas de uma organização colocar em prática a proatividade é a adoção de ações que possibilitem a prevenção de problemas e a eliminação ou minimização dos impactos potenciais de suas atividades na sociedade e nos ecossistemas. Agindo assim a organização certamente obterá melhorias na qualidade, redução nos custos e aumento da produtividade, o que certamente a levará a um melhor Resultado Operacional (RO).

Com a adoção desse fundamento, a organização deverá antecipar o atendimento das demandas de todas as partes interessadas, principalmente o seu cliente, conquistando a sua satisfação e a sua fidelidade, com a adoção de ações que certamente vão surpreendê-lo de forma amplamente favorável.

Nesse diapasão, a atual gestão do nosso Conselho Regional, liderada pelo engenheiro agrônomo Gustavo Lange, desde o primeiro mandato, vem praticando a proatividade. No seu primeiro ano, identificou mudanças no cenário do Sistema Confea/Creia e Mútua e as necessidades e expectativas das partes interessadas, adotando medidas preventi-

vas, com o propósito de contemplá-las, com a adoção de um Planejamento Estratégico com foco neste cenário.

Determinou uma revisão completa dos procedimentos, reeditando seus documentos básicos, tais como as Instruções de Serviço, os Atos Normativos e as Portarias. Adotou a sistemática de descrever seus processos produtivos com a implantação do Padrão Operacional de Procedimentos (POP) e a edição de Práticas, antevendo as necessidades que o Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP) apregoa.

Identificou e implementou seu moderno Sistema Corporativo, atendendo a uma exigência de seus clientes, colaboradores e alta direção. Surpreendeu os profissionais registrados, disponibilizando um sistema na internet que facilita o preenchimento da ART. Modernizou o Encontro Estadual das Entidades de Classe (Eesec), com o que possibilitou a adoção de medidas que atendessem aos anseios de seus associados.

Aprimorou o canal de comunicação com seus colaboradores e fornecedores, visando a identificar necessidades não atendidas. Está realizando ações junto à sociedade, tais como as já empreendidas na Vila São Pedro, com o propósito de minimizar os impactos socioambientais.

Com estas e tantas outras medidas, o nosso Regional está demonstrando que pratica eficazmente o Fundamento da proatividade, fator preponderante na consolidação do diferencial competitivo de uma organização que tem foco na busca da excelência.

Eng. Luiz Carlos Garcia
Superintendente do CREA-RS



As Comissões Eleitorais – federal e regionais – estão trabalhando para garantir um processo o mais democrático possível. Todos os profissionais em dia com suas obrigações perante o Sistema estão aptos a votar. Nos sites do Confea e do CREA-RS (www.confea.org.br e www.crea-rs.org.br) é possível acessar toda a legislação referente ao processo eleitoral. Serão disponibilizadas urnas eletrônicas nas sedes dos CREAs, Inspetorias, Postos de Atendimentos e Escritórios de Representação.

Verifique antecipadamente seu local de votação e saiba tudo sobre as eleições do Sistema Confea/Crea e Mútua clicando no banner das eleições no site do CREA-RS.

Nesta edição especial de *Conselho em Revista*, apresentamos os candidatos das eleições de 2008. Os eleitos exercerão o mandato no triênio 2009-2011. Nas próximas páginas são apresentados o perfil e as propostas dos candidatos à Presidência do Confea, do CREA-RS e à Diretoria Geral da Mútua-RS. Os textos foram fornecidos e revisados pelos próprios candidatos, além de ser submetidos à apreciação e autorização de publicação pela Comissão Eleitoral (CER-RS). A ordem de apresentação corresponde ao número de registro de cada candidato, conforme orientação da CER-RS.

Quando forem votar, os profissionais deverão apresentar documento de identidade válido em todo o território nacional e número de CPF.

PROFISSIONAL, PARTICIPE

As eleições do Sistema Confea/Crea e Mútua acontecem em 4 de junho. O voto não é obrigatório, mas sua participação é fundamental para garantir uma fiscalização de qualidade do exercício profissional.



CONFEA
Conselho Federal de Engenharia,
Arquitetura e Agronomia



CREA-RS
Um Conselho Para Todos



MÚTUA-RS
CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA

Reynaldo
n° 401

Coelho
n° 201

Vilela
n° 101

Marcos Túlio
n° 402

Capoani
n° 202

Osni
n° 102



04 DE JUNHO É DIA DE ELEIÇÕES NO SISTEMA CONFEA/CREA



28 presidentes e sete conselheiros serão eleitos

Estar à frente de um conselho de regulamentação profissional, seja federal ou regional, ou ainda integrar seu corpo de conselheiros, significa representar, no caso do Sistema Confea/CREA, perto de 900 mil profissionais da área tecnológica brasileira. Comparada a medidas, quilômetros, por exemplo, essa representação cobriria todo o território nacional, já que os profissionais que representamos estão por toda a parte: nas florestas, nos campos de petróleo, nas minas, nas plantações, na indústria. São agrônomos, engenheiros, geólogos, geógrafos, arquitetos, meteorologistas, tecnólogos e técnicos, que, nas mais variadas funções, respondem por 70% do PIB nacional.

Em nosso caso, desde presidentes, passando por conselheiros e chegando a cada um dos componentes do corpo funcional, todos sabem que é preciso aumentar a participação desses profissionais no processo eleitoral do Sistema Confea/CREA. Quanto mais eleitores, mais forte se torna a representação e maior nosso poder de influenciar em ações como a tramitação de projetos de lei no Congresso Nacional, tanto de interesse dos profissionais quanto da sociedade. Um deles é o que regulamenta o Estatuto das Cidades e cria a prestação de serviços gratuitos para a construção de casas destinadas a famílias de baixa renda e que terá reflexos, inclusive, no ordenamento das grandes cidades.

A força dessa representação e a transparência administrativa, somadas ao planejamento estratégico, têm demonstrado resultados palpáveis nas ações capitaneadas pelo Confea, entre elas a assinatura de convênios com o Ministério da Educação (MEC), Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti), Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Dentro desse quadro, a realização, no Brasil, do 3º Congresso Mundial de Engenheiros é outra iniciativa de destaque.

No próximo dia 04 de junho, das 09 às 17h, horário local, cobrindo todo o território, urnas eletrônicas programadas pelo TSE estarão à disposição dos eleitores nas sedes do Confea em Brasília, dos CREAs - nas capitais, nas inspetorias e também em escritórios e representações locais dos Conselhos Regionais.

Serão eleitos os ocupantes de cargos de presidentes do Conselho Federal e de 27 Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Também estão em disputa sete cadeiras do plenário federal. Elas serão ocupadas por representantes das Instituições de Ensino Superior do grupo de Engenharia, e dos seguintes Estados e Modalidades: Pará/Industrial; Paraíba/Eletricista; Goiás/Civil; Tocantins/Agronomia; Pernambuco/Arquitetura; e do Rio de Janeiro/Técnicos Agrícolas.

Com duração de três anos, os mandatos vigoram de janeiro de 2009 a dezembro de 2011. São três anos durante os quais muito se pode fazer para atualizar a legislação profissional conforme as práticas e necessidades de um mercado de trabalho que só tende a crescer tendo por base o ritmo de desenvolvimento alcançado pelo país, especialmente em 2007, quando o crescimento do PIB registrou 5,2%.

Embora o voto não seja obrigatório, a participação de eleitores na decisão dos destinos do Sistema Confea/CREA vem aumentando. Em 2003, foram cerca de 55 mil eleitores. Em 2006, quando da última eleição, perto de 70 mil profissionais compareceram às urnas.

O Confea vem trabalhando insistentemente para tornar o processo eleitoral cada vez mais transparente. As urnas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a parceria com o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, a proposta de um debate entre os candidatos à presidência do Confea - a ser transmitido por nosso programa de TV Pensar o Brasil - são ações que demonstram empenho na lisura de nossas eleições.

Encerrada a votação e iniciados os trabalhos de apuração, além dos nomes dos eleitos, saberemos quantos eleitores tivemos. Anunciar que essa participação superou nossas expectativas será uma das melhores notícias a serem publicadas por nossos veículos de informação.

Participe!

Eng. Agrônomo Ricardo Veiga
Vice-presidente no exercício da Presidência do Confea

CANDIDATO A PRESIDENTE | CONFEA

Reynaldo Barros

Engenheiro Eletricista e de Segurança do Trabalho


CONFEA
 Conselho Federal de Engenharia,
 Arquitetura e Agronomia

Perfil

O Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (Confea) merece ser presidido por alguém como Reynaldo Barros. Engenheiro Eletricista e de Segurança do Trabalho, carioca, 54 anos, tem todos os predicados para fazer do Confea um órgão realizador, transparente e com uma estrutura moderna – afinado com os interesses e expectativas dos Conselhos regionais de cada Estado.

Reynaldo Barros tem ampla experiência administrativa e mudou para muito melhor o CREA-RJ, que presidiu por dois mandatos – foi reeleito com 65% dos votos. Sua gestão conquistou 80% de aprovação de profissionais e empresas do Estado do Rio de Janeiro (pesquisa de novembro de 2007). Além da elogiada administração do CREA-RJ, foi presidente, também por duas vezes, da Sociedade Brasileira de Engenharia de Segurança (SOBES) e, em 2007, eleito por unanimidade presidente nacional da Associação Brasileira de Engenheiros Eletricistas (ABEE).

Com um programa de trabalho que foca em melhorias administrativas, valorização e capacitação profissional, bem como no desenvolvimento sustentável, Reynaldo Barros vai fazer do Confea uma referência para toda a sociedade.

Propostas

Valorização Profissional

O programa de trabalho de Reynaldo Barros para o Confea está calçado na valorização dos profissionais do Sistema Confea/Crea. Para ele, adotar um projeto de gestão eficiente e moderno é só o começo.

“Toda administração responsável também deve se voltar para um modelo sustentável de cidade e nação que inclui a produção de energia limpa e não-poluente. Temos também que dar incen-

“Competência a serviço do melhor programa para o Confea”

tivo permanente ao estudante. Isso faz parte do que chamo de valorização profissional: defender a engenharia nacional, a qualificação e o aperfeiçoamento técnico, além da modernização do Sistema Confea/Crea. Aceitei ser candidato a presidente do Confea porque tenho um programa de trabalho em que o profissional é agente da transformação, e não só seu objeto”.

Gestão – Novo Rumo – Nova Direção

Uma das prioridades na sua gestão será reduzir em 15% a taxa da ART e isentar do pagamento de anuidade profissionais com mais de 60 anos, com 35 anos de formado e o primeiro registro profissional (aplicando desconto máximo). Reynaldo sonha com um Confea mais presente e realizador: “Se eleito Presidente lançarei, de imediato, campanha nacional para defender um salário mínimo digno para todos os integrantes do Sistema. Vamos reformular

a legislação, aumentar para 10 salários o piso profissional e aplicá-lo aos profissionais estatutários das instituições públicas – federal, estadual e municipal. Também vamos criar uma base para o salário mínimo profissional dos técnicos de nível médio”.

Para se tornar mais atuante, abrangente, comprometido com a valorização dos profissionais e a defesa da sociedade, o confea precisa de você, de todos nós. Mas essa participação, essa ação integrada, implica uma urgente reestruturação técnica, um novo e mais eficiente formato de gestão, um novo rumo, uma nova direção.

Gestão – Mudanças

Valorizar o profissional é a base da plataforma do engenheiro Reynaldo Barros. “Investir em qualificação, direcionando 15% dos recursos para o aperfeiçoamento dos profissionais, criar um banco de empregos, liderar uma campanha nacional pelo piso de dez salários mínimos e reduzir em 15% o valor da taxa da ART são algumas ações que pretendo executar à frente do Confea”, afirma Reynaldo, que pretende implantar Web-TV e Web-Rádio para transmissão de cursos de capacitação.

Por um Confea mais Presente e Realizador

Para ele, o Conselho deve influir nas políticas públicas de infra-estrutura, valorizando o desenvolvimento sustentável. Reynaldo Barros pretende, ainda, reformular a atuação da Mútua, criar a previdência privada dos profissionais e unificar a prestação de serviço informatizado nos CREAs. “Para as unidades de menor receita, criarei o Fundo de Sustentabilidade Financeira”, conclui.



CANDIDATO A PRESIDENTE | CONFEA

Marcos Túlio de Melo

Engenheiro Civil



Perfil

Engenheiro por paixão e vocação.

O Engenheiro Civil Marcos Túlio de Melo, 56 anos, é graduado pela Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais e pós-graduado em Engenharia Econômica pela Fundação Dom Cabral. Foi conselheiro federal de 1995 a 1997; vice-presidente do CREA-MG (98/99) e presidente do CREA-MG (2000/2005). No final de 2005 foi eleito presidente do Confea para o triênio 2006/2008, com mais de 26 mil votos.

Mais de 20 presidentes de CREAs, representativas entidades profissionais – como a FNE, FNA, Confaeab, Fentec, Fa-easp, Contae e Fisenge – estão apoiando a reeleição de Marcos Túlio à Presidência do Confea. Esse apoio majoritário é um reconhecimento das expressivas conquistas e realizações alcançadas pelo Sistema Profissional nos últimos dois anos.

À frente do Confea, Túlio construiu um ambiente de colaboração, parceria e integração e conseguiu unir as lideranças profissionais em torno de um projeto voltado para a valorização do profissional, fortalecimento da instituição e defesa da sociedade.

É consenso, entre as mais expressivas lideranças, que o Sistema Profissional teve concretos avanços. É desejo da maioria que esse trabalho continue. Las-treado por propostas consistentes com a sua prática, Túlio reafirma compromissos com a defesa da profissão, ampliação do mercado de trabalho, valorização do profissional, ampliação de direitos, formação qualificada, mobilização, benefícios e inserção internacional.

Durante a campanha, Túlio percorre todo o país para ouvir os profissionais e receber suas idéias, propostas e sugestões. Nesses encontros, também recebe a confirmação dos apoios e da participação; por isso, o lema de sua campanha é “Nosso Confea amplo, aberto e demo-

“Reeleição tem amplo apoio de entidades e profissionais”

crático – União e energia para fazer mais pelo Brasil e pelos profissionais”.

A eleição será no dia 4 de junho de 2008. Para conhecer as realizações, propostas e apoios do candidato Marcos Túlio, acesse www.nossoconfea.com.br.

Propostas

Reeleição de Marcos Túlio ao Conselho Federal tem amplo apoio entre os profissionais e as entidades de classe.

Um programa coerente com a nossa prática, fundamentado no planejamento estratégico integrado e com ações consistentes e continuadas.

Defesa da Profissão

Apoiar e implementar as decisões do 6º CNP. Atuar politicamente para que os cargos públicos técnicos sejam ocupados por profissionais habilitados.

Fortalecimento do Mercado

Fortalecer a presença política da nossa categoria profissional em torno de projetos de desenvolvimento



sustentável do país que resultem na ampliação do mercado e criem oportunidades.

Valorização do Profissional

Apoiar os CREAs no combate ao exercício ilegal da profissão, através de uma fiscalização moderna e eficaz.

Ampliação de Direitos

Apoiar as federações e sindicatos e estabelecer parcerias para que o salário mínimo profissional seja estendido a todas as categorias e níveis profissionais abrangidos pelo Sistema.

Formação Qualificada

Defender a ampliação do ensino tecnológico de qualidade e efetivar a participação do Sistema nos processos de abertura e reconhecimento de cursos.

Mobilização

Apoiar mobilização, organização e representação da categoria profissional, incentivando a participação de mulheres, estudantes e jovens profissionais nos debates das políticas públicas relacionadas às nossas atividades profissionais.

Benefícios

Apoiar e incentivar a Mútua e as Caixas de Assistência na ampliação dos benefícios e sua extensão a todos os profissionais, criação do Banco de Empregos e da previdência privada.

Inserção Internacional

Potencializar os resultados do Congresso Mundial de Engenheiros e estabelecer intercâmbios internacionais que proporcionem a abertura de mercado no exterior para os profissionais e empresas brasileiros.

www.nossoconfea.com.br

CANDIDATO A PRESIDENTE | CREA-RS

Carlos Dinarte Coelho

Técnico Agrícola



“É hora de mudar”



CREA-RS
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul
Um Conselho Para Todos

Perfil

Concorre à presidência do CREA-RS. Formou-se pela Escola Técnica Visconde de São Leopoldo, com habilitação em agricultura. Iniciou sua vida profissional na Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul na área de pesquisa agrícola, hoje Fepagro - Fundação de Pesquisa Agropecuária, onde foi autor e co-autor de vários trabalhos de pesquisa, tendo trabalhos publicados em diversas revistas especializadas e anais de congressos científicos. Presidente do Sindicato e da Associação dos Técnicos Agrícolas do RS. Diretor da Federação Nacional dos Técnicos e da Associação dos Técnicos Agrícolas do Brasil. Participou ativamente dos estudos sobre legislação profissional, das diretrizes curriculares das escolas agrotécnicas. Assessor superior na Comissão de Economia e na Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo da Assembléia Legislativa do RS, trabalhou durante a elaboração da atual Constituição Estadual e da Lei Agrícola do RS. Foi conselheiro titular e suplente da Câmara Especializada de Eng. Agrônoma e membro da Câmara de Mediação e Arbitragem do CREA-RS. Professor da Universidade de Líderes, formando em administração pela Unisul. Autor de três livros na área técnica/profissional. Atual presidente da Associação dos Funcionários da Secretaria da Agricultura.

Defende uma mudança de postura do CREA-RS transformando-o numa instituição de respeito, onde empresas e profissionais convivam em harmonia. Recolocar o Conselho como órgão público que realmente preste serviço à comunidade, profissionais, empresas, escolas técnicas e universidades da área tecnológica, coordenando e apresentando soluções às questões da cidade, tais como trânsito, saneamento, energia, urbanismo, agricultura e ambiente, e colaborar decisivamente com os governos na busca de soluções que qualifiquem e simplifiquem a vida dos cidadãos.

Propostas Anuidades

- Com um orçamento de aproximadamente R\$ 27 milhões neste ano é possível defender o cumprimento da Lei nº 6.994/82 que fixa o valor das anuidades em até duas MVR (R\$ 38,00) para todos os profissionais registrados.

ART – Empresarial

- Propomos criar um instrumento de registro das obras e serviços das empresas do setor tecnológico com objetivo de dispor de documento legal com os trabalhos executados pelas mesmas.

Desburocratizar a Administração e os Processos

- Redesenho dos métodos administrativos e processuais do CREA-RS para equacionar essa imagem burocrática de que os profissionais e as empresas se queixam diariamente. Dispor de um sistema ágil para retorno da ART às associações conveniadas e apoio às Inspetorias, Postos e Entidades de Classe.

Salário Mínimo Profissional

- Propomos empreender ações conjuntas com as entidades sindicais e classistas para implementar na totalidade o salário mínimo profissional.

Servidores e Fiscalização

- Os servidores carecem de maior apoio no exercício das suas funções e a fiscalização focada somente nos profissionais e empresas registradas é extremamente punitiva. Propomos maior integração dos servidores com os objetivos do CREA-RS e com os usuários. Priorizar a fiscalização sobre os leigos e empresas sem registro. Ações de fiscalização com caráter preventivo e orientativo.

Formação Profissional

- O CREA-RS não tem participado das políticas de formação profissional das escolas técnicas e universidades, e isto tem gerado inúmeros cursos que frustram os futuros profissionais da área tecnológica e descaracterizam a profissão. Propomos a participação crítica do CREA-RS na estruturação e abertura de novos cursos no estado.

Conselho Próprio

- Respeito e apoio à decisão das categorias profissionais sobre o desmembramento ou criação de Conselho próprio.

Eleição Direta para Vice-Presidente

- A eleição direta para 1º e 2º vice junto com o presidente do CREA-RS.

Tribuna do Profissional e Entidade

- Criar a Tribuna do Profissional e Entidade, onde os profissionais possam manifestar livremente seus posicionamentos, críticas e sugestões.



CANDIDATO A PRESIDENTE | CREA-RS

Luiz Alcides Capoani

Engenheiro Civil



CREA-RS
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul
Um Conselho Para Todos

Perfil

Graduado em Engenharia Civil pela UFRGS, Pós-Graduado em Administração de Empresas. Presidente do IBAPE/RS por dois mandatos. Conselheiro do CREA. Atua como perito judicial, diretor e responsável técnico de empresa da construção civil.

Proposta

Inspetorias e Escritórios de Representação

- Dotar de maior autonomia financeira e administrativa.
- Criar Comissões Multiprofissionais, com delegação do Plenário e das Câmaras, para análise e despacho de processos.
- Ampliar as atividades de fiscalização, aparelhando as Inspetorias e os Agentes Fiscais.
- Analisar e implementar as decisões dos Seminários das Inspetorias.
- Implementar novas Inspetorias, de acordo com necessidades geográficas e operacionais.

Câmaras Especializadas e Plenário

- Valorizar e ampliar as instâncias deliberativas do Conselho, através de assessorias técnica e jurídica, melhorando a estrutura física e de equipamentos.
- Desenvolver sistemática para a agilização da tramitação de processos e desobstrução das votações.
- Reformular as instalações do Plenário com a identificação da ocupação e espaço de cada Conselheiro, instituindo sistema eletrônico de votação e presença.
- Implantar WEB Rádio e WEB Canal, para transmissão, via internet, de plenárias e eventos importantes.

Fiscalização

- Dinamizar a estrutura do departamento de Fiscalização.
- Criar ações para fiscalização de setores em que o Conselho age de forma ineficiente.

“Inovação e avanço: vote Capoani – 202”

- Valorizar a ART como instrumento de defesa e proteção da sociedade e profissionais.
- Criar setor para emissão de atestados técnicos, para liberação rápida e segura.
- Gestionar o efetivo cumprimento, junto aos Governos, da Lei Federal 5.194, art. 27, para ocupação e exercício de cargos públicos, onde forem necessários o título ou conhecimentos técnicos privativos dos profissionais do Sistema.
- Liderar com os sindicatos e entidades de classe um movimento para o cumprimento do salário mínimo profissional.
- Estabelecer parcerias com órgãos públicos e privados para Fiscalização Integrada.

Entidades de Classe

- Apoiar a implantação de cursos e seminários de forma desburocratizada e ágil.
- Estimular a participação das entidades em Conselhos Municipais e implementar as decisões dos Encontros de Entidades de Classe.
- Estruturar Núcleo de Apoio às entidades de classe, com suporte jurídico/contábil, agilizando as prestações de contas e repasses.



Instituições de Ensino

- Construir parcerias para a promoção de cursos, palestras técnicas e outros eventos, visando à qualificação e aprimoramento profissional.
- Integrar o Conselho e as instituições de ensino, respeitando os papéis legais de cada um.
- Projeto “CREA do Futuro” com a finalidade de aproximar os estudantes e o CREA.

Projetos de Gestão

- Criar o “Processo Digital” objetivando otimizar a tramitação dos processos e atendimento aos profissionais e empresas.
- Instituir a figura do “Conselheiro de plantão” para análise e despacho de processos urgentes.
- Publicar resultados da gestão econômico-financeira no site, emitindo relatórios de acordo com a legislação.
- Criar a Sala do Profissional com acesso às Normas Técnicas, suporte de informática (internet, fax, scanner, etc.).
- Ocupar de forma objetiva os espaços da mídia.
- Gestionar junto ao confea a elaboração de tabela de ART adequada à realidade do mercado.
- Cooperar com a Mútua em ações que beneficiem os profissionais, facilitando o acesso aos recursos existentes.
- Investir na melhoria de áreas físicas, em treinamento e qualificação dos servidores, além de adequação do plano de cargos e salários.
- Implantar o “Fale com o Presidente”, criando um canal direto para contato.
- Integrar efetivamente os técnicos de nível médio.
- Instituir o Balanço Social, divulgar ações sociais, de sustentabilidade e voluntariado dos integrantes do sistema.
- Instituir a Assessoria Parlamentar com a finalidade de subsidiar e orientar tecnicamente os parlamentares e acompanhar os projetos de interesse do Sistema.

CANDIDATO A DIRETOR GERAL | MÚTUA

Mário Hamilton Vilela

Eng. Agrônomo e Eng. de Segurança do Trabalho

Perfil

Natural de Uruguiana. É sócio da Mútua-Caixa-RS desde 07 de março de 1986. Presidente da Associação Sul-Rio-Grandense de Engenharia de Segurança do Trabalho (ARES). Professor universitário da PUC-RS, por 43 anos. Mestre em comunicação social, Pós-Graduado em Economia Rural. Presidiu em nível nacional a Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (ABEAS, triênios 1982/1984 e 1985/1987). Professor emérito em Ciências Agrárias, com Medalha de Ouro outorgada pelo Ensino Agrícola do País, em 1989, na Universidade Federal de Viçosa (MG). Autor de diversas publicações técnicas, com destaque para o livro *Análise Crítica da Agricultura* (1998-Edipucrs). Integrou e participa de diversos Conselhos de entidades profissionais e outros. No CREA-RS, foi conselheiro, vice-presidente, presidente em exercício e coordenador da Câmara de Agronomia.



Vote nº 101

Propostas

- Consultar os profissionais: “Mútua-Caixa de Assistência que queremos”.

- Fomentar e reativar o Colégio de Representantes.
- Dar transparência ao processo de implantação da nova sede.
- Criar na nova sede espaço do profissional com suporte de infra-estrutura.
- Pautar valores éticos e transparência a todas as atividades.
- Realizar uma administração participativa e aberta.
- Potencializar as atividades da Mútua-Caixa-RS.
- Ampliar a participação da Mútua-Caixa-RS junto ao CREA/RS nos cursos, treinamentos, seminários, editoração e outros eventos.
- Buscar a convergência entre o CREACred-RS e a Mútua-Caixa-RS.
- Dinamizar e racionalizar os recursos da Mútua-Caixa-RS.
- Interiorizar a Mútua-Caixa-RS, contemplando, além de Inspetorias, as entidades de classe.
- Estudar a criação de outras fontes de benefícios.
- Implantar sistemáticas descentralizadas dos recursos da Mútua-Caixa-RS.
- Criar a Ouvidoria da Mútua-Caixa-RS, com atendimento diferenciado.
- Promover maior interação da Mútua-Caixa-RS com a comunidade.
- Dar maior visibilidade às atividades da Mútua-Caixa-RS.


MÚTUA-RS
CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA

CANDIDATO A DIRETOR GERAL | MÚTUA

Osni Schroeder

Arquiteto e Engenheiro de Segurança do Trabalho

Perfil

Foi inspetor-chefe e coordenador das Inspetorias, presidente do CREA-RS e diretor da Mútua. É conselheiro federal do RS até dezembro de 2008.

Integrou um projeto que descentralizou o CREA. Este também mudou a Mútua, descentralizando-a via criação das Caixas de Assistência. São dois processos. O do CREA necessitando correções de rumo. O da Mútua exigindo a consolidação das Caixas de Assistência. As mudanças na Mútua começaram no CREA, quando, cansados de desmandos, suspendemos repasses financeiros, depositando-os em juízo. Ali, viabilizamos condições para a criação de Caixas autônomas, aplicando aqui os recursos gerados no RS. Na Justiça garantimos inédito investimento patrimonial no RS.

Os novos tempos na Caixa terão como referencial a nova sede. Ela reflete a nossa grandeza como profissionais. Foram dez anos para adquiri-la e ainda não pudemos ocupá-la. Os que enfrentamos no passado incomodam-se com as nossas conquistas coletivas. Para eles e suas calúnias dedicamos o nosso trabalho.



Vote nº 102

Propostas

Assistência aos gaúchos

- Continuar líder no contexto Mútua é uma obrigação. Fomos pioneiros na descentralização da própria Caixa estabelecendo parcerias políticas sólidas no âmbito regional e nacional.
- Implantar os NAPs em todas as Inspetorias e Entidades de Classe com sede própria.
- Ocupar a sede nova com Caixa-Inspetoria e entidades de POA.
- Instalar centro de eventos na sede.
- Buscar plano de saúde e odontológico viável ao profissional.
- Atendimento básico em odontologia na sede.
- Central de medicamentos de uso programado, com entrega domiciliar.
- Valorizar produtos atuais, RC Profissional – Tecnoprev – Datacad.
- Instituir Programa Crédito Fácil-crédito sem burocracia e na hora.
- Restituir percentual do valor da ART ao profissional que a registrou.
- Instituir cartão de crédito por afinidade, creditando os valores comissionados à Caixa para o titular do cartão, os quais constituirão fundo que quitará anuidades CREA-Mútua e taxa de ART. Visite o blog osnischroeder.blog.terra.com.br


MÚTUA-RS
CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA

Planetário da UFSM completa 37 anos

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), fundada pelo prof. José Mariano da Rocha Filho em dezembro de 1960, foi a primeira universidade federal planejada a ser instalada no interior do Estado, em Santa Maria.

A UFSM ainda se diferencia das demais por ter o primeiro Planetário brasileiro, também planejado, dentro do campus, que completará 37 anos em dezembro. O Planetário mudou por completo a cidade de Santa Maria por sua contribuição para a complementação do ensino formal e divulgação da ciência astronômica e cultural para toda a região centro-oeste e sul do Estado. Foi o quarto Planetário brasileiro, o oitavo na América Latina, o primeiro no Rio Grande do Sul e também o primeiro em uma cidade do interior no país.

De acordo com o diretor do Planetário, Francisco José Mariano da Rocha, filho do fundador da universidade, Santa Maria, que, antes da implantação da UFSM, era uma pacata cidade do interior, após se tornar sede da universidade tornou-se um centro de cultura na região. “A UFSM disseminou a idéia de interiorização no Rio

Grande do Sul e até mesmo no Brasil, basta lembrar que outras universidades nos demais Estados se espelharam nela, e de um campus avançado da universidade nasceu a de Roraima”, relata José Mariano.

O Planetário e Niemeyer

O Planetário é um dos marcos arquitetônicos mais importantes da cidade de Santa Maria. Conforme relato do diretor José Mariano, o projeto do Planetário aconteceu através de uma doação de um croqui feito pelo arquiteto Oscar Niemeyer.

Na cidade de Goiânia, no Palácio das Esmeraldas, em 1960, em meio a um banquete, o presidente do Brasil na época, Juscelino Kubistchek, apresentou Mariano da Rocha, fundador da universidade, a Oscar Niemeyer. Mariano tentava convencer o arquiteto a projetar alguns prédios para a futura UFSM, mas Niemeyer alegou falta de tempo, por esse motivo, o fundador pediu que fosse desenhado o projeto de apenas um prédio, o do atual Planetário. Niemeyer pegou então um guardanapo e traçou rapidamente a lápis as linhas básicas externas e aconselhou Ma-



riano da Rocha a procurar Oscar Vandetaro, um arquiteto também carioca que estava começando e seguia as linhas de Niemeyer. O desenho do Planetário já estava no livro *USM: A Nova Universidade*, de 1962.

Anteriormente ao croqui, antes mesmo da implantação da UFSM, em 1958, já havia um pré-projeto de um Planetarium e Observatorium Astronômico seguindo os modelos das grandes universidades européias.

De acordo com José Mariano, o Planetário é um local onde não somente se simula um céu artificial, mas que é também dotado de modernos instrumentos eletro-óptico-mecânicos que reproduzem com precisão o céu com todos os seus astros e movimentos. “É um grande teatro de estrelas”, diz o diretor.

As pessoas que visitam o Planetário podem fazer um passeio virtual pelo Espaço Sideral, conteúdos informativos e didáticos são apresentados de forma divertida. Em uma sala circular em forma de cúpula é possível olhar para o teto e ver a Abóbada Celeste com todas as estrelas, constelações, planetas, cometas, nebulosas, além do Sol e da Lua e, ainda, estrelas cadentes com seus trajetos pelo Universo representando suas auroras, crepúsculos, eclipses, as estações do ano e outros fenômenos astronômicos.

“Sentados em nosso Planetário, viajamos através de imagens pelo tempo e pelo espaço, regressamos ou avançamos até 3 mil anos a partir do tempo presente, observando em todos os seus detalhes o céu, da data que escolhermos e indicarmos a seu computador de comando”, fascina-se José Mariano.



O prédio do Planetário se localiza na Praça Santos Dumont, quase em frente à Reitoria

Museu Interativo de Astronomia

Inaugurado em julho de 1998, no segundo piso do prédio do Planetário, o Museu Interativo apresenta, de forma interativa em aulas guiadas, a origem, a evolução, as características e as leis que regem o sistema solar, bem como a evolução do conhecimento astronômico desde o início da civilização até a conquista espacial atual e futura. “O museu em forma de anel e galeria escura está dividido em nove estações que vão desde o nascimento do Universo, isto é, pelos processos que deram origem ao seu surgimento, o Big-Bang, através da história para compreender a sua evolução e avançar até a conquista espacial”, explica José Mariano.

O museu completa o Planetário e foi construído seguindo um novo modo de ensino, conforme o diretor. Hoje esta idéia já é copiada por outros Planetários brasileiros e até do Mercosul.

Ainda este ano será inaugurada uma nova estação no Museu e feito um novo megalito no Parque do Tempo, um local destinado à construção de megalitos e monumentos que explicam a evolução da astronomia através dos tempos, que hoje conta com o relógio do Sol e a réplica adaptada da Pedra Intihuatana. Este megalito será um Relógio Solar dos Índios Brasileiros.

Conheça a Mútua-RS por dentro

Saiba quem faz esta entidade ser um modelo de atendimento para o resto do país.

Contar a história do pessoal que trabalha na Caixa de Assistência do Rio Grande do Sul exige muita responsabilidade. Pois é através de esforço competente que eles proporcionam, a todos aqueles que vêm buscar os serviços oferecidos pela Mútua, um atendimento diferente. Qualquer pessoa que chegar pedindo informações, orientação sobre benefícios ou outros assuntos relativos a tudo o que a Mútua abrange, vai ser tratado com atenção e dedicação. Pois o atendimento desta Caixa não se limita a apenas recepcionar bem o cliente no estabelecimento, atender com cordialidade ao telefone, ou responder de imediato a um e-mail. Os que nesta entidade trabalham estão sempre de espírito aberto à conversação com os profissionais, a fim de compreender suas expectativas em relação ao que vieram buscar na entidade. O engenheiro civil e professor da Pucrs Telmo Brentano, sócio da Mútua-RS há seis anos, afirma: *“Aqui internamente o sistema funciona muito bem. Porque os funcionários são muito competentes, são ágeis e tentam resolver como se fosse para eles mesmos as questões dos outros”*.

Acima de tudo, há ética, senso de humor, e respeito humano por qualquer indivíduo que se dirigir à sede da Mútua-RS.



MÚTUA-RS
CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA

Fone: 0800 516 565

Para mais informações: www.mutua-rs.com.br

E-mail: caixars@mutua.com.br

Andréia Amorim Campos

“Eu me sinto à vontade com as pessoas. Elas não me vêem só como funcionária, me vêem como uma amiga. Muitos sentam para tomar um café e já falam de suas vidas, da política brasileira, e por aí vai”, afirma.

Conhecida carinhosamente como “Déia” por todos os profissionais e pessoas ligados à Mútua, ela é a funcionária mais antiga da casa; são mais de dez anos de dedicação. Sua função dentro da entidade é prestar atendimento e auxiliar na administração. Acadêmica de Sociologia, cursando o sexto semestre na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, ela conta que gosta de trabalhar na Mútua principalmente pelo fato de poder instruir e auxiliar os profissionais. Também afirma que já criou muitos laços de amizade atendendo os que buscam informações sobre a Caixa de Assistência.



ANELISE CALDINI

Lisiane de Moraes Cardoso

Apesar de jovem nos seus 24 anos, pode ser considerada veterana dentro da Mútua: são quase sete anos trabalhando na entidade. Lisiane também é responsável pelo atendimento aos profissionais, porém cuida de tarefas mais burocráticas, como controle de associados, organização de pedidos de benefícios, entre outros. Ela diz ser muito grata à Mútua-RS, que lhe proporcionou um curso técnico de informática, onde pôde aprimorar seus conhecimentos a fim de melhorar seus resultados e rendimento na empresa.

“A vivência profissional dentro da Caixa me proporciona mais experiência e maturidade para me ajudar nas questões de trabalho e também com os aspectos relativos à minha vida pessoal”, conta.



ANELISE CALDINI

Andrey Silveira Capellari

“Sempre há incentivo por parte dos gestores da Mútua no que diz respeito ao aprimoramento de conhecimentos profissionais”, comenta.

O estudante de administração de empresas conta que ingressou na Mútua como estagiário, e após um ano foi efetivado. Ao todo, são três anos que Andrey é funcionário da Mútua-RS. Ele atua na área financeira e contábil, lidando com as operações de despesas e receitas da entidade. Andrey explica que seu trabalho exige muita responsabilidade, pois todos os pagamentos geram histórico, com comprovantes, autorizações, e dessa maneira se faz a prestação de contas, que é encaminhada todo o mês para a sede da Mútua, em Brasília. Capellari concluiu recentemente o curso técnico em contabilidade, estudo proporcionado pela Mútua-RS.



ANELISE CALDINI

João de Oliveira Franco Filho

Franco, como gosta de ser chamado por todos, há mais de duas décadas dedica sua vida profissional à Mútua dos gaúchos. Se diz cativado pelo trabalho que a entidade pode desempenhar junto à comunidade profissional. Admite que ainda restam muitas coisas para ser feitas na empresa, mas os caminhos estão sendo abertos para mais progresso. Acredita que o modelo de gestão da Mútua-RS é um referencial para o resto do país.

“Há muito que se trabalhar, há muito que se resgatar. Quando você trabalha com a questão do mutualismo, com a ajuda mútua, existe uma reciprocidade nisso e nós temos que desenvolver cada vez mais a questão da assistência, sempre assistir”, destaca.

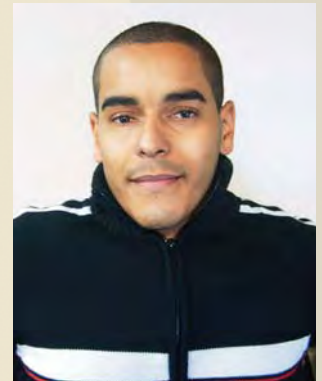
ANELISE CALDINI



Marcos Rodrigues Müller

Acadêmico do curso de Gestão em Recursos Humanos e formado em curso técnico administrativo, Marcos conta que há dois anos exerce sua vida profissional na Mútua-RS. Sobre sua função, ele argumenta que entende um pouco de tudo dentro da empresa. Mas, com a aquisição da nova sede da entidade, seu trabalho está mais focado nas questões que envolvem os serviços administrativos do novo prédio. Porém, considera que é muito importante saber tratar as pessoas com atenção e educação.

“Eu gosto de atender os profissionais, lidar com eles, saber do que eles precisam, conhecer as necessidades. Sempre tento fazer o meu melhor para ajudá-los naquilo que está ao meu alcance”, afirma.



ANELISE CALDINI

Em julho venha nos visitar na casa nova

A Mútua no RS vem assumindo boas posições de progresso em sua capacidade operacional, e em seus aspectos administrativos. Sempre em busca de aperfeiçoar sua prestação de serviços, os associados terão espaço amplo e confortável com melhor capacidade de atendimento.

O prédio fica na rua Dom Pedro II, 864. A partir de julho, este será o novo endereço em que os profissionais poderão ficar à vontade para acessar a carteira de serviços que a Mútua-RS oferece.

Conheça o novo prédio da Caixa de Assistência do RS

ELIAS EBERHARDT



Telhado de aço na construção civil

O Steel Frame é um sistema construtivo formado por perfis de aço leve e revestido com placas e uma quantidade de elementos ou subsistemas inter-relacionados que trabalham em conjunto para garantir os requisitos de funcionamento de uma edificação. É uma evolução do Wood Frame, que surgiu nos Estados Unidos na época da colonização, formado por perfis de madeira.

O sistema é empregado em telhados na construção civil que são feitos da mesma forma que os telhados de madeira convencional, sendo, entretanto, as peças como ripas, caibros, terças e vigas substituídas por perfis metálicos, e os pregos, por parafusos. As telhas são independentes. Qualquer telha pode ser utilizada em um telhado Steel Frame, não somente as de aço.

Não há nenhuma diferença do telhado de aço para o telhado feito de forma tradicional, pois a estrutura de aço fica invisível ao serem colocadas as telhas. Essa estrutura é composta por perfis de aço conformados a frio de uma chapa galvanizada; a chapa de



DIVULGAÇÃO CONSTRUTORA SEQUÊNCIA

O Steel Frame é leve, não ficando limitado ao uso apenas de telhas de aço

aço é submersa em um banho de zinco para que fique mais resistente à ação do tempo, com espessura de 0,95 mm.

Há algumas vantagens que tornam o sistema superior quando comparado com o telhado convencional: o Steel Frame é três vezes mais leve e as peças são industrializadas, minimizando a chance de defeito, não apodrece ou fica

sujeito à infestação de insetos, como o cupim, pois não é orgânico como a madeira. Sua vida útil também supera a do telhado convencional.

O telhado é revestido com placas de gesso, cimentícias e OSB e por ser constituído com placas galvanizadas não exige manutenção. Mais informações em (11) 3081.7633.

Iapar promove feijões com alto potencial produtivo

O Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar) realiza pesquisas de melhoramento genético em grãos de feijões desde 1973. O Instituto está desenvolvendo duas novas variedades de feijão, o IPR Galha e IPR Tiziu, pertencentes ao grupo comercial preto, cada um com suas particularidades e contribuição para o consumidor e o agricultor.

De acordo com a engenheira agrônoma Vânia Moda Cirino, pesquisadora do Iapar na Área de Melhoramento e Genética de Plantas, as novas variedades se diferenciam das demais por sua rusticidade, resistência a pragas como insetos, ácaros e lesmas, e resistência a doenças. “A cultivar IPR Tiziu tem como ponto forte o alto potencial produtivo e o porte ereto que favorece a colheita mecânica direta”, confirma a pesquisadora.

A cultivar IPR Galha originou-se de cruzamentos múltiplos; já a IPR Tiziu surgiu a partir de cruzamento simples, ambos realizados na década de 1990. Conforme Cirino, o tempo médio para o desenvolvimento de uma nova cultivar, desde os cruzamentos até a colocação das sementes à disposição dos agricultores é em torno de 12 a 15 anos, e foi em média o tempo gasto para o desenvolvimento dessas cultivares.

Mais informações em www.iapar.br



Energia é gerada a partir de glicerina

Pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPe) desenvolveram pesquisas e identificaram bactérias que degradam a glicerina, transformando-a em energia.

As bactérias denominadas metanogênicas são encontradas em excrementos bovinos, de onde se obtém metano. Através do metabolismo desses microorganismos, o metano é consumido; com a sua queima surge então a energia.

De acordo com Maria de Los Angeles Palha, coordenadora da pesquisa e do curso de engenharia química da UFPe, os estudos tiveram início a partir da necessidade

de aproveitar a glicerina bruta excedente na produção de biodiesel.

O processo para obter a energia consiste em várias reações metabólicas entre os componentes. Existem vários projetos em relação à energia, mas como a glicerina é um produto nobre, ainda são incipientes os estudos a respeito.

O projeto é financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Mais informações em angels@ufpe.br

Supercomputador ajuda pesquisas de geofísica no país

Netuno foi o nome dado a um supercomputador instalado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), criado para atender às necessidades computacionais dos modelos geofísicos e oceanográficos desenvolvidos por pesquisadores brasileiros. É um computador do tipo cluster, ou seja, é um conjunto de computadores com grande poder computacional, interligados por uma rede de comunicação de alta velocidade.

Segundo o analista de sistemas Sérgio Guedes, um dos coordenadores, o projeto oferece à comunidade de pesquisadores da UFRJ e de todo o país a oportunidade de estudar com mais detalhes os fenômenos geofísicos e oceanográficos. “Recursos bem aplicados como no caso do Netuno propiciam a formação de



JOÃO CARLOS EMETERIONCE-UFRJ

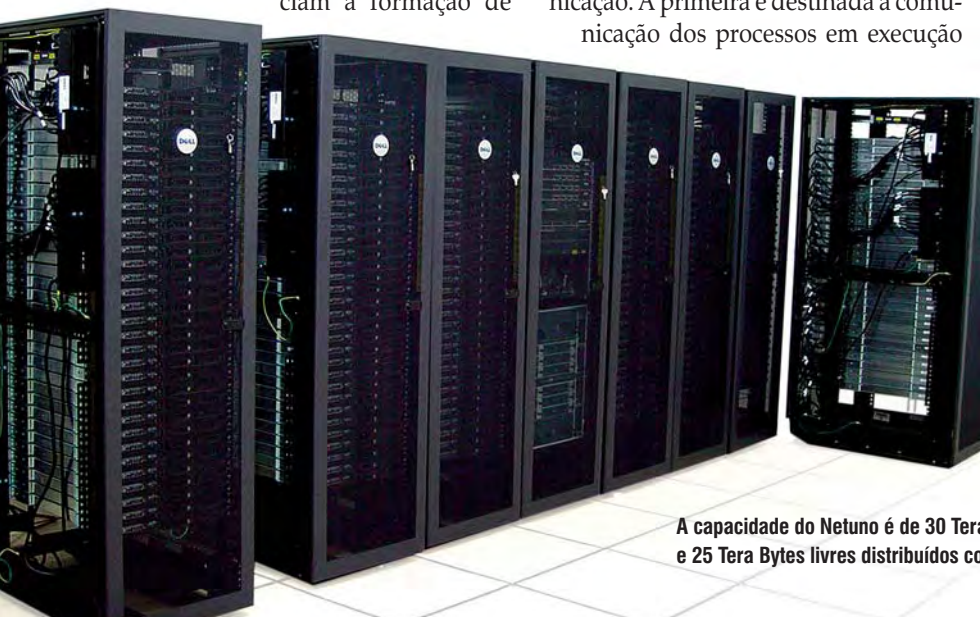
O computador foi concebido através de projeto do NCE e o Coppe

novos profissionais e pesquisadores, o que retorna à sociedade de formas diversas”, salienta.

O Netuno tem duas redes de comunicação. A primeira é destinada à comunicação dos processos em execução

nos nós computacionais, é uma rede InfiniBand. A segunda rede é destinada ao tráfego de controle e acesso ao *storage*, rede Gigabit Ethernet, interligando todos os nós do *cluster* e o *storage*. Seus principais benefícios são melhor previsão de corrente, assoreamento de vias navegáveis e portos, precipitação, movimentação de áreas pesqueiras, movimentação tectônica, prospeção da plataforma continental, prospeção de petróleo, gás, entre outros.

Netuno está conectado à internet, entretanto, seu uso é restrito a pesquisas em geofísica e oceanografia, ocupando uma área física de aproximadamente 7 m x 1,70 m x 2,20 m. Mais informações em tel. (21) 2598.3236.



A capacidade do Netuno é de 30 Tera Bytes de desempenho no *storage* e 25 Tera Bytes livres distribuídos como espaço temporário nos nós

Geoinformação em Urbanismo Cidade Real X Cidade Virtual

As questões urbanas atuais e aquelas associadas ao planejamento urbano e territorial têm encontrado poderosas ferramentas na *Geoinformação, para análises e projeções futuras*. Análises e cenários materializam subsídios cada vez mais confiáveis para a tomada de decisão pelos planejadores, que pode ser enriquecida pela interação com os cidadãos, facilitada pela franca comunicação on-line.



Organizadores: Cláudia Maria de Almeida, Gilberto Câmara e Antonio Miguel Vieira Monteiro
Apresentação de Michael Batty | Editora: Oficina de Textos
Contato: (11) 3085.7933 e www.ofitexto.com.br

Sensoriamento Remoto no Estudo da Vegetação

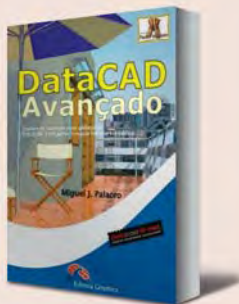
Destina-se a diferentes profissionais que aplicam as técnicas de sensoriamento remoto no estudo da cobertura vegetal. Seu conteúdo inclui os princípios físicos do sensoriamento remoto, a avaliação do comportamento espectral da vegetação (folhas isoladas e dosséis), transformações radiométricas de dados orbitais mais exploradas em estudos de caracterização espectral da vegetação, a aparência da cobertura vegetal em imagens orbitais, técnicas de processamento de imagens aplicadas, modelo de mistura espectral, índices de vegetação e exemplos de aplicação. Este livro é fruto de mais de 20 anos de trabalho dos autores na Divisão de Sensoriamento Remoto do INPE.



Autores: Flávio Jorge Ponzone, Yosio Edemir Shimabukuro | Editora: Parêntese
Contato: www.parentese.com.br

DataCAD Avançado

O livro contribui mais para a literatura técnica e de tecnologia, dando mais profundidade ao assunto, o CAD. A publicação que é vinculada diretamente à versão 12 do software DataCAD e explora com segurança os recursos mais poderosos das entidades inteligentes, vem com uma apresentação de um dos magos criadores do DataCAD, Mark F. Madura.



Autor: Miguel Jorge Palaoro | Editora: Graphics | Contato: www.datacad.com.br

Dicionário de Mineralogia e Gemologia

Nesta obra, a Gemologia recebe destaque especial: verbetes como diamante, esmeralda e safira são bem mais extensos que os demais. Um espaço é dedicado aos tipos de lapidação, produtores, história e ao valor comercial do quilate de gemas lapidadas. Esse panorama completa-se com as gemas orgânicas (pérola, marfim, coral, etc.)



Autor: Pécio Branco | Editora: Oficina de Textos | Contato: ofitexto@ofitexto.com.br

www.livrosdeengenharia.com.br

Esse site é exclusivo para a divulgação e venda de livros na área das engenharias. É uma espécie de livreria virtual administrada pela ADM Distribuição e Logística. No site também são encontrados acervos para vendas.



www.abeq.org.br/index.asp

O site da Associação Brasileira de Engenharia Química (Abeq) traz tendências e novidades no Mundo de Engenharia Química como eventos e cursos na área.



www.brasilengenharia.com.br

É um portal que abrange notícias sobre todas as engenharias.



Simpósio Internacional na Unisinos

No período de 26 a 29 de maio, ocorre na Unisinos o Simpósio Internacional Uma Sociedade Pós-humana? Possibilidades e Limites da Nanotecnologia. O evento pretende propiciar um debate transdisciplinar sobre os impactos das nanotecnologias na sociedade humana e no planeta. Informações podem ser obtidas pelo site www.unisinos.br/ihu ou pelo fone (51) 3591.1122.

Tecnologias Inovadoras no Manejo Integrado de Pragas e Doenças de Plantas

Estão abertas até 30 de junho as inscrições para a primeira edição do curso de pós-graduação Tecnologias Inovadoras no Manejo Integrado de Pragas e Doenças de Plantas. Inédito no Sul do Brasil, o curso visa a atender à importante demanda para a atualização de conhecimentos nos avanços científicos na área de fitossanidade. É direcionado a agrônomos, biólogos, engenheiros florestais e a outros profissionais de áreas afins. Mais informações na Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no fone (51) 3308.6031, pelo e-mail luredael@ufrgs.br ou no site www.ufrgs.br/agrofitossan



Congresso Mundial sobre Arquitetura

A União Internacional de Arquitetos (UIA) realizará na cidade italiana de Turim, no Piemonte, o 23º Congresso Mundial do UIA. Com o tema Construindo Arquitetura, o evento acontecerá de 28 a 3 de julho deste ano. Informações em www.camaradearquitetos.com.br

BIOTech Fair 2008

Em Curitiba (PR) haverá a Feira Internacional de Tecnologia em Bioenergia e Biodiesel (Biotech Fair), de 24 a 27 de junho. O evento vai expor os novos produtos e serviços tecnológicos, oferecer aos participantes oportunidades de negócios e tendências de mercado, no que diz respeito ao aproveitamento racional dos resíduos das indústrias de base. Informações em www.eventobioenergia.com.br

XXVI Conaend

Acontecerá em São Paulo, de 9 a 12 de junho, o XXVI Congresso Nacional de Ensaio Não-Destrutivo e Inspeção (Conaend). O objetivo é apresentar as novidades tecnológicas, reunir os especialistas do setor, promover o intercâmbio técnico e a troca de experiências entre os participantes. O evento anual trata das principais aplicações de END, Inspeção, Condições de Monitoramento e Controle da Qualidade em diferentes setores industriais. Mais informações em www.sergs.com.br

Congresso na área da Botânica

O 59º Congresso Nacional de Botânica acontecerá em Natal, entre 2 e 8 de agosto próximo. Com o tema geral Atualidades, Desafios e Perspectivas da Botânica no Brasil, visa à conservação da flora e à valorização dos conhecimentos botânicos em benefício da sociedade e do desenvolvimento sustentável do país. Mais informações em www.59cnbot.com.br

Workshop de Analistas de Resíduos de Agrotóxicos na PUCRS

O Instituto de Toxicologia da PUCRS, a Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde e o Grupo Técnico de Analistas de Resíduos de Agrotóxicos do RS promovem o 5º Workshop de Analistas de Resíduos de Agrotóxicos do Estado. O evento, que ocorrerá nos dias 5 e 6 de junho, é voltado a químicos, farmacêuticos, biólogos, agrônomos, profissionais e estudantes. Mais informações com a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade (Proex) e no fone (51) 3320.3680.

Iluminação e Projeto Luminotécnico

A empresa Gerson Martins Treinamentos Profissionais realizará em Curitiba o Curso Prático de Iluminação e Projeto Luminotécnico, nos dias 12, 13 e 14 de junho. Um dos objetivos é apresentar as principais questões práticas relativas à iluminação artificial aplicadas ao projeto, tanto de interiores quanto de fachadas, por meio de uma visão global das variáveis que formam esse contexto. O curso é destinado a arquitetos, engenheiros eletricitistas, engenheiros de segurança, gestores prediais, peritos e demais interessados na qualidade e produtividade do ambiente. Mais informações pelos fones (41) 3015.1881 e 9687.9998.

NR-10 na AGEI em Porto Alegre

A Associação Gaúcha de Engenharia de Montagens e Instalações (AGEI) está com inscrições abertas para o curso de NR-10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. O objetivo é capacitar os participantes para prevenção em acidentes com eletricidade, em atendimento ao novo texto da NR-10, credenciando-os à autorização para trabalhos em instalações elétricas. Informações e inscrições pelo fone (51) 3337.7199 ou pelo e-mail agei@agei.org.br

II Prêmio ANA

A Agência Nacional de Águas (ANA) recebe inscrições, até 31 de maio, para o II Prêmio ANA. O tema desta edição é Conservação e Uso Racional da Água. Tem como intuito reconhecer o mérito de ações de governo, empresas, organizações não-governamentais, organismos de bacia, imprensa e academia que contribuam para a gestão e o uso sustentável dos recursos hídricos brasileiros, promovendo o combate à poluição e ao desperdício. Mais informações em www.ana.gov.br/premio e no fone (61) 2109.5412.

Momento da perícia brasileira



Evandro Krebs | Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho | Conselheiro da Câmara de Engenharia Civil do CREA/RS pelo Igel

Os recentes episódios envolvendo a investigação do crime da menina Isabela, em São Paulo, têm proporcionado à sociedade brasileira melhor compreensão da importância e do significado da atividade pericial como peça fundamental no assessoramento das instituições na busca da resolução de conflitos de toda ordem, decorrentes do dia-a-dia em que vivemos.

Não é de hoje que os peritos assumem papel tão importante na definição das provas técnicas. Esse é um processo contínuo de aprendizado, evolução, atualização, auto-avaliação e de amadurecimento profissional ao longo dos anos.

A atividade pericial, dentro de um contexto de transformações sociais, tem despertado nos peritos em geral uma compreensão crescente e profunda de uma necessidade permanente de aperfeiçoamento profissional.

Dentro desse contexto, é preciso que haja uma interação harmoniosa no estabelecimento de metas e métodos estratégicos de desenvolvimento da perícia em seus diversos segmentos, seja estatal, privada ou judicial, com as mais variadas demandas, envolvendo temas nas áreas criminal, cível, trabalhista, econômica, etc.

Nesse sentido, imprescindível o conhecimento pleno de conceitos, técnicas, métodos e sistemas modernos de gestão profissional que possibilitem o desenvolvimento pleno da atividade pericial dentro de parâmetros técnicos de sustentabilidade, preservando-se referenciais históricos, satisfazendo-se necessidades presentes e vislumbrando-se tendências futuras.

Fundamental, também, é o papel político das instituições associativas e dos conselhos profissionais, estabelecendo prioridades em discussões estruturais e indicando caminhos para os aperfeiçoamentos técnico-científicos e de valorização ética e profissional, oferecendo à sociedade brasileira uma atividade pericial efetivamente isenta, preparada e qualificada.

No âmbito do Sistema Confea-CREA, a Lei Federal nº 5.194/66, que regula o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo e dá outras providências, em seu Título I, Capítulo I, Seção VI, Art. 7º, item "c", inclui nas atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro agrônomo serviços envolvendo estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica.

Hoje, peritos engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos são chamados pelo Estado, Ministério Público, Poder Judiciário, sindicatos, empresas públicas e privadas para, com seus pareceres, auxiliar em discussões envolvendo obras de construção civil, máquinas e equipamentos, avaliações de imóveis, demarcações de terras, meio ambiente, proteção contra incêndios, acidentes em geral, segurança e higiene do trabalho, saúde do trabalhador e uma série de outras situações que integram o cotidiano de uma sociedade.

O grande desafio para nós, peritos, neste momento, além da manutenção de conquistas que se referem ao reconhecimento público da qualidade na prestação de serviços, tem sido a valorização e preservação de profissionais que tenham elevada postura ética e que acompanhem com equilíbrio as demandas de um mercado de trabalho cada vez mais exigente, responsável e competitivo.

Instituto Gaúcho de Engenharia Legal e Avaliações (Igel). Especialista em Gestão da Qualidade para o Meio Ambiente. Presidente da Associação dos Peritos na Justiça do Trabalho do RS (Apejust). Presidente da Federação Brasileira das Associações de Peritos, Árbitros, Mediadores e Conciliadores (Febrapam)

Esse é um processo contínuo de aprendizado, evolução, atualização, auto-avaliação e de amadurecimento profissional ao longo dos anos



A remuneração de um arquiteto

Ednezer Rodrigues Flores | Arquiteto | Ex-Conselheiro da Câmara Especializada de Arquitetura (Cearq)

Retomando pauta já discorrida nesta revista, e lembrando que o novo salário mínimo, conforme aprovado pelo Congresso Nacional, passou, a partir de 1º de março último, a ser de **R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais)**, cabe reafirmarmos os novos valores do salário mínimo profissional, válidos para todos os arquitetos empregados pelo regime de CLT.

Em conformidade com as disposições contidas na Lei 4.950-A/66, o Piso Salarial dos Arquitetos se compõe atualmente da seguinte forma:

- R\$ 2.490,00 (dois mil quatrocentos e noventa reais), para jornada de trabalho de seis horas diárias, referente ao piso de seis salários mínimos;
- R\$ 3.112,50 (três mil cento e doze reais e cinquenta centavos), para jornada de trabalho de sete horas diárias, um piso de sete e meio salários mínimos, sendo que, para cada hora adicional à sexta hora diária acrescenta-se aos seis salários mínimos mais um e meio salário mínimo;
- R\$ 3.735,00 (três mil setecentos e trinta e cinco reais), para jornada de trabalho de oito horas diárias, um piso de nove salários mínimos, obedecendo ao critério estabelecido acima.

Tendo presente que receber tal remuneração é uma condição quase que exclusiva no mercado atual, devido a inúmeros condicionantes pontuais e macros, resalto a importância da constante mobilização da categoria para que possamos sensibilizar o mercado econômico, público e privado. Em um primeiro momento, para cumprir a legislação em vigor, no que tange ao processo de contratação e de manutenção de uma remuneração justa e, posteriormente, de igualar, por força de lei, a remuneração do setor público (regime único) à que é regida pela CLT, pois não vejo diferença alguma entre o trabalho realizado por um arquiteto do setor público e outro do setor privado, exceto pelas condições físicas dessa atividade.

Tecnicamente, ambos ostentam as mesmas condições de apresentar resultados coerentes e satisfatórios no seu desempenho profissional. Entra-se aqui numa discussão postada inicialmente de forma utópica, mas claramente real e visível, devido ao engessamento do regime jurídico do estatutário, e de legislação que, se por um lado defende o patrimônio público, por outro, dizima o poder aquisitivo destes profissionais e, por consequência, obstrui um crescimento sustentável deste mesmo patrimônio.

Na esfera pública, a vontade e a articulação política no âmbito dos poderes Executivo e Legislativo são condicionantes para o caminho de resgatar uma equiparação salarial condizente e justa, que somente será conquistada com uma efetiva e contínua mobilização da categoria e suas representações institucionais, propondo alterações e melhorias na legislação vigente, visando assim maximizar a luta por um salário digno e não somente alguns “penduricalhos” ou resgates financeiros oriundos de correções ou distorções salariais em face às gestões administrativas improdutivas e inócuas.

No que cabe à esfera privada, coloco em discussão, entre tantas pautas, as argumentações apresentadas por Luciano Imperatori,

que, no artigo *“A arquitetura ainda tem espaço no Brasil?”*, argumenta que *“a postura que os arquitetos vêm assumindo perante a exigência do mercado é a da imobilidade, inércia e acomodação. Cada um olhando para seu mundo, esquecendo que a profissão é constituída pelo trabalho de um conjunto de profissionais que tem peso enquanto grupo. Aos poucos, as discussões e o empenho de lutar por suas idéias – diante de uma pressão crescente, por parte de quem contrata, incorpora e constrói – foram abandonados. Não cabe aqui discutir o que veio primeiro: O contratante arrochando os valores gradativamente ou os arquitetos, que foram flexionando sua valorização até um ponto de insolvência e impossibilidade de administrar uma empresa de projetos. Hoje é praticamente impossível obter um desempenho saudável em uma empresa que trabalha exclusivamente com projetos, devido ao comodismo dos arquitetos, à falta de coesão e ao excesso de profissionais no mercado, somados aos constantes leilões de projetos que os contratantes promovem.”*

Se tais colocações fazem parte do nosso dia-dia, deixo a análise para os colegas; mas que cabe uma reflexão de como nos portamos neste mercado competitivo e como o mercado nos olha, isso cabe, pois esta relação, que deve ser de respeito mútuo, tem nos desenhado uma realidade contraditória e preocupante, quando deparamos com a falta de fiscalização trabalhista, com a inexpressiva participação do efetivo controle e com a mágica inversão de conceitos sobre o que rege a legislação do exercício profissional, aportados por uma demanda de novas profissões ou com o desmembramento, sem o devido controle, de novos nichos no mercado da arquitetura e da construção civil.

Isso tudo, com certeza, se reflete na relação comercial e profissional, acarretando uma enorme desvalorização de uma mão-de-obra especializada, que começa a se caracterizar como uma profissão banalizada e desprestigiada, até mesmo nas instituições que tanto deveriam nos resguardar.

Já não é surpresa vermos anúncios em jornais, de profissionais vendendo seus serviços de aprovação de projetos de arquitetura por valores insignificantes, tais quais os “laudos das carcaças de ônibus”. São precisamente essas ações, e a falta de controle sobre elas, que nos desvalorizam cada vez mais, diminuindo nosso espaço no mercado de trabalho.

Precisamos de nossa autonomia no que tange ao exercício profissional, para que, trabalhando em sintonia, por um projeto comum, sejamos reconhecidos como pessoas, cidadãos e arquitetos – pessoas que estudam, pesquisam, pensam, projetam e constroem espaços.

Voltando à Lei 4.950-A/66, entendo que esta também merece um trabalho de atualização, devido à atual sistemática de trabalho e das relações trabalhistas, pois cabe um maior esclarecimento no que tange a um jargão muito conhecido no meio empresarial, que é a definição de um profissional considerado “júnior” ou “sênior”, considerando aspectos que são de grande importância quando da remuneração de tais profissionais, como currículo, experiências, qualificação e aprimoramento profissional, demonstrando sua real aplicação, etc. Tais condicionantes devem ser levados em conta não só na remuneração, mas na própria contratação, principalmente na área pública, para que possamos cada vez mais aprimorar a qualidade profissional que tanto queremos.

Quanto custa um arquiteto? É uma questão que continua e que se responde facilmente. Qual a remuneração deste profissional? Também se responde com facilidade; mas sabermos qual o valor de um arquiteto para nossa sociedade, para nossos representantes classistas, políticos e para a própria categoria? Creio que esta questão parece mais difícil de responder, pois as ações a que assistimos nos dizem que tal resposta perde-se num emaranhado conflitante e turbulento de respostas sem nenhum proveito prático, para que todos os profissionais, atuantes ou não, tenham seu lugar ao sol garantido e devidamente respeitado.



Questionamentos sobre a Resolução 1.010/2005 do Confea

Paulo Ricardo Dias da Silva | Engenheiro agrônomo | Assessor técnico da Câmara Especializada de Agronomia do CREA/RS

Complementando a matéria que foi veiculada na edição anterior desta revista, com o título “A nova sistemática de definição das atribuições profissionais”, estamos apresentando as perguntas mais frequentes que temos recebido nas palestras ministradas sobre o tema.

As perguntas e respostas que seguem abaixo foram compiladas do site do Confea, www.confea.org.br, no link “Resolução 1.010 – perguntas e respostas”. As respostas foram elaboradas pelo consultor do Confea, prof. Ruy Vieira, que acompanhou a elaboração da referida resolução desde o seu início, com a colaboração do prof. Marcius Giorgetti.

Qual é o cronograma para a entrada em vigor dos critérios e procedimentos para a atribuição de títulos, atividades e competências em conformidade com a Resolução 1.010?

1) Ao profissional já diplomado e registrado: Será permitida a extensão de suas atribuições conforme o estabelecido nesta resolução.

2) Ao diplomado ainda não registrado: Serão concedidas as atribuições conforme os critérios em vigor antes da vigência da Resolução 1.010, sendo-lhe permitida a extensão dessas atribuições em conformidade com o estabelecido nesta resolução.

3) Ao aluno matriculado em curso regular anteriormente à entrada em vigor da Resolução nº 1.010: É permitida a opção entre a resolução vigente antes de 1º de julho de 2007 e a 1.010.

4) Ao aluno matriculado em curso regular posteriormente à entrada em vigor da Resolução nº 1.010: Será obrigatória a aplicação da Resolução nº 1.010 para a concessão das atribuições ao egresso.

Complementando a resposta que consta no site do Confea, informamos que a Resolução 1.010 entrou em vigor a partir de 1º de julho de 2007.

Qual é a finalidade da análise do perfil de formação do egresso pelos CREAs?

A finalidade da análise é a atribuição inicial de título profissional, atividades e competências para o egresso, de forma coerente, em consonância com o disposto no §2º do artigo 8º da Resolução 1.010/05.

Complementando a resposta que consta no site do Confea, segue o disposto no §2º

do art. 8º da referida resolução: “A atribuição inicial de título profissional, atividades e competências decorrerá, rigorosamente, da análise do perfil profissional do diplomado, de seu currículo integralizado e do projeto pedagógico do curso regular, em consonância com as respectivas diretrizes curriculares nacionais.”

Quando podem ser solicitadas extensões de atribuições por profissionais já registrados no CREA?

Tão logo tenham sido obtidos pelo interessado os diplomas ou os certificados dos cursos realizados após o seu registro. Para a concessão dessas atribuições os referidos cursos deverão estar devidamente cadastrados no sistema.

Complementando a resposta que consta no site do Confea, segue o disposto no §1º do art. 10 da referida resolução: “A extensão da atribuição inicial decorrerá da análise dos perfis da formação profissional adicional obtida formalmente, mediante cursos comprovadamente regulares, cursados após a diplomação, devendo haver decisão favorável da(s) câmara(s) especializada(s) envolvida(s).”

O que é um curso regular?

Curso regular é definido no artigo 2º da Resolução 1.010/05, inciso X, como “curso técnico ou de graduação reconhecido, de pós-graduação senso estrito credenciado, ou de pós-graduação senso lato considerado válido em consonância com as disposições legais que disciplinam o sistema educacional”.

Quais são os tipos de pós-graduação abrangidos na Resolução 1.010/05?

São a “pós-graduação no senso estrito”, que leva ao mestrado e doutorado, e a “pós-graduação no senso lato”, que leva à especialização.

Há diferença entre título acadêmico e título profissional?

A Resolução 1.010/05, em face de manifestações do Conselho Nacional de Educação, coerentes com a legislação educacional, faz diferença entre título acadêmico e título profissional.

Complementando a resposta do site do Confea, cabe destacar que o título acadêmico é o fornecido pela instituição de ensino,

conforme está no diploma do curso de graduação. O título profissional será concedido pelo CREA, a partir da análise da formação recebida pelo egresso no curso, devendo ser adotada a padronização constante da Tabela de Títulos da Resolução 473/02 do Conselho Federal.

Podem ser concedidas atribuições iniciais, ou extensões, cobrindo tópicos de setores pertencentes a campos de atuação de diferentes âmbitos da categoria Agronomia?

Sim, porque a concepção da Resolução 1.010/05 não estabelece barreiras entre âmbitos da categoria Agronomia.

Complementando a resposta do site do Confea, informamos que a Categoria Agronomia engloba os Campos de Atuação Profissional da Agronomia – âmbitos da engenharia agrônoma, florestal, agrícola, pesca e meteorologia.

No cadastramento para a concessão das atribuições-padrão, como devem ser levadas em conta as cargas horárias das disciplinas e atividades?

Apesar de as diretrizes curriculares não fixarem valores para as cargas horárias dos diferentes tópicos nelas constantes, a análise efetuada para a concessão de atribuições deverá levar em conta a coerência entre as cargas horárias das disciplinas e atividades do currículo efetivamente cursado e as atribuições decorrentes.

Complementando a resposta do site do Confea, destacamos o trabalho que está sendo desenvolvido para facilitar e uniformizar a operacionalização da Resolução 1.010, a partir da elaboração de uma matriz de conhecimento. Essa matriz busca detalhar, para cada tópico dos Campos de Atuação do Anexo II, os conteúdos básicos e profissionalizantes que o profissional deverá ter recebido nos cursos regulares, e a carga horária mínima para ter cada um dos tópicos como atribuição profissional anotada junto ao seu registro no CREA.

O objetivo de estabelecer uma matriz de conhecimentos é a padronização na análise, a partir de critérios objetivos, evitando-se a falta de uniformidade na concessão de atribuições, o que poderia acarretar análises diferenciadas de um mesmo curso por diferentes Regionais.



Uma nova era para a engenharia brasileira: a implementação da Resolução 1.010/05 por meio de suas matrizes de conhecimento

Adelir José Strieder | Geólogo | Prof. Dr. da UFRGS | Coordenador da CEGM do CREA-RS | Representante da APSG
Antônio Pedro Viero | Geólogo | Prof. Dr. da UFRGS | Diretor Financeiro do CREA-RS | Representante da APSG

As engenharias, desde o início da formação de profissionais no Brasil, passaram por vários episódios de transformação. Ao longo do Século XX, as engenharias no Brasil experimentaram um grande número de desmembramentos. Eles ocorreram especialmente a partir da segunda metade do século, coincidindo com a expansão industrial desencadeada a partir do Estado Novo e do governo constitucionalista de Getúlio Vargas (1951-1954). Nesse período, a forte especialização experimentada pelas engenharias procurou atender preferencialmente ao Conselho Nacional do Petróleo (CNP), posteriormente à Petrobras (1953), à Companhia Siderúrgica Nacional, à Companhia Vale do Rio Doce, à Companhia Hidrelétrica do São Francisco, à Fábrica Nacional de Motores, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao Departamento Nacional da Produção Mineral, à Embraer e à Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais.

O desmembramento das engenharias deu lugar a um grande número de leis, decretos e resoluções que regulamentam a formação e as atribuições dos mais variados profissionais especialistas. No principal período do desmembramento das engenharias (1960-1990), a Lei 4.024 de 20/12/1961 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e a Lei 5.540 de 28/11/1968 são o fio condutor para o estabelecimento do Currículo Mínimo dos Cursos de Engenharia (Resolução 48/76, e seguintes), de Agronomia (Resolução 38/75 e 06/84) e Arquitetura (Resolução 03/69), Geologia (Resoluções 56/71 e 39/75), além das demais profissões abrangidas no Sistema Confea-CREAs. O Art. 17 da Resolução 48/76 apenas estabelece que as instituições de ensino deveriam "indicar em termos genéricos ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), em função do currículo pleno que for desenvolvido em suas habilitações, as características dos engenheiros por elas diplomados" (*grifo nosso*).

O estudo detalhado dos currículos universitários (históricos escolares) dos cursos superiores por ocasião do detalhamento da matriz de conhecimentos instituída pela Resolução 1.010/2005 do Confea mostra que a formação dos profissionais atende às demandas e características regionais, mas não atende por completo a toda a forma-

ção especificada nos currículos mínimos. A estrutura de ensino superior balizada pelos currículos mínimos e a habilitação profissional sustentada pela Resolução 218/73 do Confea conduzem a distorções como a de conferir atribuições idênticas a profissionais formados sob históricos escolares distintos e, por consequência, detentores de conhecimentos também distintos.

Aqueles instrumentos legais sofrem, ainda, de uma limitação fundamental: a formação dos profissionais é estanque. Por essa razão simples, profissionais do Sistema Confea-CREAs tiveram a necessidade de realizar, pelo menos, outro curso completo de graduação para ampliar suas atribuições. A transposição dessas limitações sempre requereu um grande esforço do Sistema, que recentemente tem dado mostras claras de vencê-las.

A visão que emerge das engenharias desse período é a de um corpo sem membros; os membros encontram-se separados e criaram línguas tão específicas que, em determinados momentos, há dificuldade de comunicação entre eles e o corpo.

O advento da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394, de 20/dez/1996) marca uma nova etapa no ensino e na formação profissional brasileiros. A concepção mais importante para o Sistema Confea-CREAs pode ser traduzida pela educação continuada (art. 40, inciso II do art. 43, inciso III do art. 63 e art. 80). As discussões estabelecidas por oportunidade do detalhamento do Anexo II da Resolução 1.010/2005 conduzem, aos poucos, à tomada de uma nova consciência: a engenharia é, ao mesmo tempo, *una e múltipla*.

A imagem mais adequada para essa nova era da engenharia brasileira talvez seja a tríade de deidades da cultura Veda indiana (*Brahma, Vishnu e Shiva*), que representa os três estágios do jogo cósmico: *criação, preservação e destruição*, respectivamente. Aliás, criar, preservar e destruir (ou *transformar*) são tarefas comuns a toda a engenharia! As deidades da cultura Veda indiana, como a engenharia, possuem um corpo único, mas também possuem vários membros com simbologias (tarefas, especializações) distintas.

As várias Comissões de Especialistas designadas pelo Confea para o detalhamento da Matriz de Conhecimentos da Resolução 1.010/2005 realizaram uma tarefa árdua não

só para definir as condições adequadas ao exercício profissional na engenharia, mas também para criar condições de restabelecer a comunicação dos membros com o corpo.

As escolas de engenharia, dentro das condições estabelecidas pela Lei 9.394, de 20/12/1996 e pela Resolução CNE/CES 11 de 11/03/2002, são responsáveis pela formação dos profissionais a partir dos seus respectivos projetos político-pedagógicos. A opção de formarem profissionais mais aptos e habilitados em determinada linha ou área de conhecimento é atribuição legal das escolas. Ao Sistema Confea-CREAs cabe simplesmente avaliar a opção seguida pelas escolas para definir em quais áreas do conhecimento os profissionais têm condições de atuar.

Dentro desse novo quadro legal, a concepção da engenharia como um corpo uma possibilita aos profissionais uma continuada formação e especialização de acordo com as orientações de trabalho que a sociedade exigir.

A formação continuada e a busca de conhecimentos adicionais para o exercício das atividades profissionais constituem uma mudança importante na concepção do engenheiro do futuro.

As transformações que estão ocorrendo na engenharia brasileira, mesmo que em estágio inicial, não são únicas. Existem outras experiências adiantadas no mundo.

Uma boa experiência é visitar as páginas de algumas das Escolas de Minas (*École de Mines*) da França. Após um longo período de avaliação e transformação das estruturas internas no início dos anos 1990, elas vêm formando engenheiros dentro dessa concepção unificada, plural (membros especializados) e continuada.

www.ensmp.fr/Accueil

(Escola de Minas de Paris)

webi.emn.fr/Fl/1/fiche_formation

(Escola de Minas de Nantes)

www.emse.fr/spip/-9-options-.html

(Escola de Minas de Saint Etienne)

www.ema.fr/pages/?idl=21&page=39

(Escola de Minas de Alès)

Câmara Especializada de Geologia e Minas (CEGM). Associação Profissional Sul-brasileira de Geólogos (APSG)



Minha parcela no desmatamento, a sua e a do CREA – Parte 2

Glauber Pinheiro | Engenheiro Florestal

Mas retornando ao assunto, a madeira proveniente dos desmatamentos ilegais segue diretamente para as serrarias, para as indústrias, ou para a geração de energia. Empreendimentos que também necessitam de responsável técnico, da respectiva ART, e que muitas vezes já são visitados pela fiscalização do CREA a fim de verificar a presença de profissionais em outras especialidades, como por exemplo, nas obras da engenharia civil, elétrica, mecânica, química, industrial, etc. Nesses empreendimentos que utilizam a madeira como base, também é necessário um profissional habilitado para verificar sua procedência, atestar sua condição fitossanitária, para a classificação e secagem da madeira, sua seleção conforme parâmetros físico-químicos mais adequados ao processo de produção, técnicas de otimização de uso e aproveitamento, utilização de resíduos e outras práticas que reduzam o desperdício da matéria-prima, significando a necessidade do corte de menor número de árvores.

A necessidade de matéria-prima não é a principal causa do desmatamento. O mercado interno já tem 70% do seu consumo de madeira supridos por meio das florestas plantadas. A Ciência Florestal brasileira evoluiu muito nos últimos 40 anos, e todo este desenvolvimento, aliado às nossas condições edafoclimáticas, nos proporciona um incremento médio anual de 40m³ por hectare. Hoje, através da celulose poderemos produzir 55 mil litros de etanol por hectare, contra 6 mil litros da cana, e mil litros da soja ou do girassol, em que o profissional habilitado é fundamental para garantir a produtividade, o melhor aproveitamento da área, minimizando potenciais impactos e externalidades.

Esses plantios florestais precisam ser licenciados junto ao órgão competente, e também necessitam de ART. Logo, basta ao CREA agir junto a esses órgãos para que a ART seja de fato uma condição para o licenciamento, já que legalmente é obrigatória em toda atividade técnica.

Principal causa

A principal causa do desmatamento reside na ocupação e conversão dos ecossistemas florestais para outros fins, basicamente para dar espaço às atividades econômicas mais variadas e/ou para habitação. E nesses casos os impactos são bem maiores, pois o objetivo é retirar a floresta, ocupando o espaço e impedindo sua auto-regeneração. Geralmente há utilização de queimadas criminosas, as áreas afetadas são bem maiores, e o impacto sobre a fauna é implacável. Mas desmatamento não acontece apenas “lá no interior da Amazônia”, ocorre no Cerrado, na Caatinga, no Rio de Janeiro; por exemplo, podemos ver a Mata Atlântica sendo desmatada nas margens de estradas, nos topos de morros e encostas, etc.

Quem mais converte áreas é a agricultura, cabendo por isso a todos os órgãos de assistência, de financiamento, e todas as instituições voltadas para este setor pactuar a preservação das Reservas Legais e APPs das propriedades, trabalhar para que não haja mercado para produtos produzidos através da devastação das florestas. Ao CREA, cabe garantir que haja um engenheiro agrônomo como responsável técnico na agricultura em larga escala. Nas áreas convertidas para a habitação e outras obras civis, geralmente já visitadas pela fiscalização do CREA, seria cabível também exigir a ART sobre o processo de licenciamento e execução da remoção da vegetação.

Não há dúvidas de que em nossas florestas está o maior patrimônio brasileiro. Além da manutenção do equilíbrio ambiental e da produção de água, essencial à vida, elas nos oferecem matéria-prima para o desenvolvimento, para a

geração de renda e postos de trabalho, para a produção de alimentos e bens de consumo. Por tratar-se de recurso renovável, pode, sim, ser utilizado de forma sustentável, ajudando a diminuir as desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que é conservado para as futuras gerações. Para tanto é preciso garantir à sociedade que qualquer intervenção nesses ecossistemas só seja feita utilizando-se de toda a tecnologia disponível a fim de proporcionar esta sustentabilidade, e com a devida anotação de responsabilidade do profissional competente. Os engenheiros florestais têm muito a contribuir neste processo, e estamos dispostos a colaborar não apenas tecnicamente, mas também junto aos CREAs para efetivar a fiscalização do exercício profissional nessa área, tendo em vista que dos 27 conselhos regionais, apenas dois possuem Câmaras Especializadas de Engenharia Florestal. Como profissionais, lutaremos pela criação destas Câmaras.

Como consumidores de produtos e serviços, todos nós devemos ter a preocupação de adquirir apenas produtos que utilizem matéria-prima com origem certificada e que sejam fabricados através de processos produtivos comprovadamente viáveis do ponto de vista socioambiental. E somente serviços que tenham responsável técnico e a respectiva ART. Esta é a nossa garantia, não apenas de que o trabalho seja feito por quem dele entende, mas também de que há um profissional responsabilizando-se pela qualidade do serviço contratado. Como cidadãos, devemos cobrar a atuação dos órgãos ambientais, assim como dos demais nas respectivas áreas de abrangência.

Este deve ser um compromisso de todos; cabe a cada um determinada parcela na redução do desmatamento, e por essa parcela assumir plena responsabilidade.

Presidente da Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais (SBEF). Vice-presidente da Federação das Associações de Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro. Membro da Comissão Nacional de Florestas (Conaflor/MMA)

Erramos: Na edição de abril, número 44, na primeira parte deste artigo, o autor é o “Engenheiro Florestal” Glauber Pinheiro, e não “Engenheiro Agrônomo”, como foi publicado.

Ufscar seleciona professores

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) está com inscrições abertas, até 28 de maio, para o concurso de seleção de professor na Área de Engenharia Florestal - Subárea:



Inventário, Dendrometria, Manejo Florestal e correlatas e Subárea: Tecnologia da Madeira, Anatomia da madeira e correlatas, e também para Área de Silvicultura

- Subáreas: Silvicultura, Produção de mudas e viveiros florestais, Florestas Plantadas e correlatas. Inscrições e informações em www.srh.ufscar.br



Edital de Intimação

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL – CREA-RS, com sede na Rua Guilherme Alves nº 1010, Partenon, Porto Alegre, autarquia federal legalmente incumbida da fiscalização do exercício destas profissões regulamentadas, **INTIMA**, formalmente, para todos os fins de direito, máxime os previstos na Lei Federal 5.194, de 1966, Luiz Antônio Seabra Luisi, CREA-RS 037142, o qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para comparecer neste Conselho, no endereço acima, 5º andar, Plenário, a fim de prestar esclarecimentos no processo tombado sob número 2004/039680, **em 03 de outubro de 2008, sexta-feira, às 16 horas.**

Prêmio Mercosul de Ciência e Tecnologia



Candidatos ao Prêmio Mercosul de Ciência e Tecnologia podem enviar seus trabalhos até o dia 4 de agosto próximo. O prêmio tem o objetivo de reconhecer os melhores trabalhos de estudantes, jovens universitários, jovens pesquisadores e equipes de pesquisa, que representem potencial contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico dos países membros e associados ao Mercosul. Nesta edição, o tema é o Biocombustível, sendo dividido em quatro categorias. Os participantes devem estar vinculados ao Mercosul, seja pela nacionalidade, pela naturalidade ou pela residência nos países membros e associados. Regulamento, critérios de avaliação e outras informações podem ser acessados em www.unesco.org.br/areas/ciencias/premio/mercosul/index.html/mostra_documento

ANPM realiza processo seletivo

A Associação Nacional dos Produtores de Piso de Madeira (ANPM) abre processo seletivo, até 21 de maio, para Auxiliar Técnico Administrativo. Os interessados devem ter formação em engenharia florestal, engenharia industrial madeireira, etc. Os candidatos selecionados através da avaliação de currículo serão convocados para entrevista, que será realizada no período de 28 a 30 de maio. O currículo deve ser enviado para anpm@anpm.org.br. Mais informações em (19) 3402.2166 e em www.anpm.org.br

Chegou o livro que vai fazer você dominar os segredos do DataCAD.

www.datacad.com.br
Tel (51) 3331.5577
editora@gcg.com.br

datacad brasil
material oficialmente recomendado

conheça o conteúdo detalhado e compre o livro online pelo website

Editora Graphics

Trainees para C&A

Estão abertas as inscrições para o Programa de Trainees 2008 – 2º Semestre da C&A. Podem inscrever-se estudantes de arquitetura, engenharia têxtil, engenharia química e engenharia civil, entre outros cursos. Os graduandos devem ter a conclusão do curso entre julho de 2005 e julho de 2008. Mais informações em www.cea.com.br

TAXAS DO CREA-RS - 2008 (valores em R\$)

1 - REGISTRO	
INSCRIÇÃO OU REGISTRO DE PESSOA FÍSICA	
A) REGISTRO DEFINITIVO (1)	R\$ 77,00
B) REGISTRO PROVISÓRIO (2)	R\$ 77,00
C) REGISTRO TEMP. ESTRANGEIRO	R\$ 77,00
D) VISTO EM CARTEIRA	R\$ 30,00
E) RENOVAÇÃO DE REGISTRO PROVISÓRIO	GRATUITO
INSCRIÇÃO OU REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA	
A) REGISTRO DE FIRMA	R\$ 144,00
B) REGISTRO DE FILIAL	R\$ 144,00
C) VISTO EM CERTIDÃO	R\$ 72,00
D) RESTABELECIMENTO DE REGISTRO	R\$ 144,00
2 - EXPEDIÇÃO DE CARTEIRA COM CÉDULA DE IDENTIDADE	
A) CARTEIRA DEFINITIVA	R\$ 30,00
B) CARTEIRA PROVISÓRIA	R\$ 30,00
C) CARTEIRA ESTRANGEIRO	R\$ 30,00
D) SUBSTITUIÇÃO ou 2ª VIA	R\$ 30,00
E) TAXA DE REATIVAÇÃO DE CANCELADO PELO ART. 64	R\$ 77,00
3 - CERTIDÕES	
A) EMITIDA PELA INTERNET	ISENTA
B) CERT. DE REG. DE PROF. OU DE EMPRESA	R\$ 30,00
C) CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO	
ATÉ 10 ARTS	R\$ 30,00
ACIMA DE 10 ARTS	R\$ 60,00
D) CERT. DE OUTROS DOC. E ANOTAÇÕES	R\$ 30,00
4 - DIREITO AUTORAL	
A) REGISTRO DE DIREITO SOBRE OBRAS INTELECTUAIS	R\$ 180,00
5 - BLOCOS DE ART E FORMULÁRIOS	
A) FORMULÁRIOS DE ART AVULSA	GRATUITO
B) BLOCO DE RECEITUÁRIO AGRONÔMICO E FLORESTAL	R\$ 25,00
6 - FORMALIZAÇÃO DE PROCESSO DE INCORPORAÇÃO DE ATIVIDADE AO ACERVO TÉCNICO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 394 DE 1995	
	R\$ 180,00
7 - ANUIDADES* (ATÉ 30/05/2008)	
A) PESSOA FÍSICA	
NÍVEL MÉDIO	R\$ 109,20
NÍVEL SUPERIOR	R\$ 218,40
B) PESSOA JURÍDICA	
FAIXA 1 - CAPITAL SOCIAL ATÉ 100.000,00	R\$ 333,84
FAIXA 2 - CAPITAL SOCIAL DE 100.000,00 ATÉ 360.000,00	R\$ 433,68
FAIXA 3 - CAPITAL SOCIAL DE 360.000,00 ATÉ 600.000,00	R\$ 564,72
FAIXA 4 - CAPITAL SOCIAL DE 600.000,00 ATÉ 1200.000,00	R\$ 733,20
FAIXA 5 - CAPITAL SOCIAL DE 1200.000,00 ATÉ 2500.000,00	R\$ 951,60
FAIXA 6 - CAPITAL SOCIAL DE 2500.000,00 ATÉ 5000.000,00	R\$ 1.238,64
FAIXA 7 - CAPITAL SOCIAL DE 5000.000,00 ATÉ 10000.000,00	R\$ 1.606,80
FAIXA 8 - CAPITAL SOCIAL ACIMA DE 10000.000,00	R\$ 2.090,40

*Faixas válidas para registro do capital na Junta Comercial a partir de janeiro de 2008.

CUB/RS DO MÊS DE ABRIL/2008 - NBR 12.721- VERSÃO 2006

PROJETOS	PADRÃO DE ACABAMENTO	PROJETOS PADRÕES	RS/M²
RESIDENCIAIS			
R - 1 (Residência Unifamiliar)	Baixo	R 1-B	698,60
	Normal	R 1-N	859,57
	Alto	R 1-A	1.109,49
PP - 4 (Prédio Popular)	Baixo	PP 4-B	666,56
	Normal	PP 4-N	833,48
R - 8 (Residência Multifamiliar)	Baixo	R 8-B	633,95
	Normal	R 8-N	728,39
	Alto	R 8-A	919,12
R - 16 (Residência Multifamiliar)	Normal	R 16-N	708,35
	Alto	R 16-A	930,17
PIS (Projeto de Interesse Social)	-	PIS	501,76
RP1Q (Residência Popular)	-	RP1Q	689,18
COMERCIAIS			
CAL - 8 (Comercial Andares Livres)	Normal	CAL 8-N	857,26
	Alto	CAL 8-A	949,30
CSL - 8 (Comercial Salas e Lojas)	Normal	CSL 8-N	718,96
	Alto	CSL 8-A	829,63
CSL - 16 (Comercial Salas e Lojas)	Normal	CSL 16-N	966,61
	Alto	CSL 16-A	1.111,45
GI (Galpão Industrial)	-	GI	386,74

Estes valores devem ser utilizados após 01/03/2007, inclusive para contratos a serem firmados após esta data.

VALOR DO CUB PONDERADO – MAIO 2008 R\$ 969,38
Valor utilizado em contratos firmados até 28/02/2007.

TABELA POR VALOR DE CONTRATO OU HONORÁRIOS - 2008

NÚMERO DE ORDEM	VALOR DO CONTRATO/HONORÁRIOS (R\$)	TAXA (R\$)
1	Até 8.000,00	30,00
2	De 8.000,01 até 15.000,00	75,00
3	De 15.000,01 até 22.000,00	110,00
4	De 22.000,01 até 30.000,00	150,00
5	De 30.000,01 até 60.000,00	300,00
6	De 60.000,01 até 150.000,00	450,00
7	De 150.000,01 até 300.000,00	600,00
8	Acima de 300.000,00	750,00

ART DE RECEITUÁRIO AGRONÔMICO/INSPEÇÃO VEICULAR

01 ART para 25 receitas agronômicas ou vistorias automotivas	R\$ 25,00
01 ART para 50 receitas agronômicas ou vistorias automotivas	R\$ 50,00
01 ART para 75 receitas agronômicas ou vistorias automotivas	R\$ 75,00
01 ART para 100 receitas agronômicas ou vistorias automotivas	R\$ 100,00

SERVIÇOS DA SEÇÃO DE ARTS

Registro de Atestado Técnico (Visto em Atestado)	R\$ 49,00	
Certidão de Acervo Técnico (CAT)	Até 10 ARTS	Acima de 10 ARTS
	R\$ 30,00	R\$ 60,00
Certidão de Inexistência de Obra/Serviço	R\$ 30,00	

ART DE CRÉDITO RURAL

Honorários	Até R\$ 8.000,00	R\$ 30,00
Projetos no total	de R\$ 400.000,00	R\$ 30,00

TABELA DE EDIFICAÇÕES (Em vigor a partir de 1º/01/2008)

EDIFICAÇÕES				VALORES DE TAXAS					VALOR MÁXIMO POR FAIXA
				EXECUÇÃO OBRA	PROJETOS				
Faixa	R\$	R\$	R\$		R\$	R\$	R\$	R\$	
1	até 40,00 m²	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00	
2	acima de 40,01 m² até 70,00 m²	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00	70,00	
3	acima de 70,01 m² até 90,00 m²	70,00	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00	110,00	
4	acima de 90,01 m² até 110,00 m²	110,00	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00	150,00	
5	acima de 110,01 m² até 170,00 m²	150,00	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00	300,00	
6	acima de 170,01 m² até 240,00 m²	300,00	70,00	30,00	30,00	30,00	30,00	450,00	
7	acima de 240,01 m² até 310,00 m²	450,00	70,00	30,00	30,00	30,00	30,00	600,00	
8	acima de 310,01 m²	600,00	110,00	70,00	30,00	30,00	30,00	750,00	



www.crea-rs.org.br



74 anos de dedicação aos profissionais e à comunidade

Em 30 de maio, o CREA-RS completa mais um ano de atuação.

E temos muito o que comemorar: além do trabalho a favor da ética e da responsabilidade profissional, nossa história é marcada pelo comprometimento com a sociedade, mobilizando esforços para garantir um futuro melhor para todos.





MUTUA-RS

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA

O caminho mais seguro entre você e seu futuro

Associa-tehê!

BENEFÍCIOS E AUXÍLIOS

- ✓ Férias no País
- ✓ Tratamentos
- ✓ Equipamentos
- ✓ Apoio aos Profissionais
- ✓ Material de Construção
- ✓ Pecúlio
- ✓ Auxílio Pecuniário
- ✓ Auxílio Natalidade
- ✓ Auxílio Educação
- ✓ Falta Eventual de Trabalho

PRODUTOS

- ✓ Tecnoprev - Previdência Privada
- ✓ RC - Seguro de Responsabilidade Civil

PARCEIROS CONVENIADOS

- ✓ Condições Diferenciadas

INFORMAÇÕES

✓ www.mutua-rs.com.br

✓ caixars@mutua.com.br